

RELATÓRIO &
CONTAS

1T16



A informação financeira consolidada contida neste reporte é baseada em Demonstrações Financeiras não auditadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/ IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adotadas pela União Europeia.

1. Principais Destaques

Volume de negócios consolidado de 29,8 milhões de euros, em linha com o 4T15

Na NOS, continuação da aceleração das tendências financeiras impulsionada pelo forte ritmo operacional do negócio *core* de telecomunicações

Volume de negócios de 26,6 milhões de euros na área de Tecnologia, com os mercados internacionais a representar 53%

Resultado Líquido negativo de 12,4 milhões de euros explicado pelo ajustamento ao justo valor da participação direta na NOS (ou positivo de 2,4 milhões de euros, excluindo esse impacto)

2. Resultados Consolidados Sonaecom

A área de Telecomunicações, com uma participação de 50% na ZOPT – consolidada através do Método de Equivalência Patrimonial – e que por sua vez detém uma participação de 50,01% na NOS, continua a apresentar um forte desempenho. No entanto, o resultado líquido foi negativamente impactado pelo ajustamento ao justo valor da participação direta na NOS.

Na área de Tecnologia, prosseguiram as iniciativas de expansão do portefólio. A criação da Bright Pixel, lançada em abril, posicionada como um *company builder studio*, representa um reforço significativo na identificação de oportunidades de investimento em projetos *early stage*.

Volume de Negócios

No 1T16, o Volume de Negócios consolidado alcançou 29,8 milhões de euros, decrescendo 6,8% face ao 1T15. Este desempenho foi consequência do decréscimo de 8,4% das Receitas de Serviço e do decréscimo de 3,0% das Vendas de Equipamento.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais ascenderam a 30,6 milhões de euros, 2,1% abaixo do valor registado no 1T15. O nível de Custos com Pessoal aumentou 2,2%, devido a um acréscimo no número médio de colaboradores. Os Custos Comerciais decresceram 4,7%, para 8,3 milhões de euros, impulsionados pelo decréscimo do Custo das Mercadorias Vendidas na área de Tecnologia, em linha com a diminuição das Vendas de Equipamento. Quanto aos Outros Custos Operacionais, o decréscimo é maioritariamente explicado pelo menor valor de Gastos Gerais e Administrativos e Provisões.

EBITDA

O EBITDA total atingiu 4,5 milhões de euros, 28,2% abaixo do valor alcançado no 1T15, justificado essencialmente pelo decréscimo do EBITDA do portefólio. A linha do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), que é particularmente influenciada pelo contributo da ZOPT que, por sua vez, depende do Resultado Líquido da NOS, também decresceu 3,5%.

Resultado Líquido

O EBIT da Sonaecom diminuiu 53,3% para 2,0 milhões de euros, explicado pelo menor valor do EBITDA e pelo valor mais elevado das depreciações.

Os Resultados Financeiros atingiram um valor negativo de 15,9 milhões de euros no 1T16, influenciados negativamente pelo ajustamento ao justo valor da participação direta na NOS que tem por base o preço de mercado e que resultou num valor negativo de 15,3 milhões de euros. No 1T15, este ajustamento ao justo valor foi positivo em 16,6 milhões de euros.

O EBT da Sonaecom decresceu para um valor negativo de 13,9 milhões de euros, sendo este decréscimo explicado pelo desempenho ao nível dos Resultados Financeiros.

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo fixou-se num valor negativo de 12,4 milhões de euros que compara com 21,3 milhões de euros positivos obtidos no 1T15.

CAPEX Operacional

O CAPEX Operacional aumentou para 1,8 milhões de euros, representando 6,2% do Volume de Negócios, 0,6 p.p. acima do 1T15.

Estrutura de Capital

A posição de *cash* diminuiu 2,7 milhões de euros desde março de 2015 totalizando 166,0 milhões de euros.

2.1 Telecomunicações

As Receitas Operacionais da NOS registaram 370,3 milhões de euros no 1T16, um crescimento de 7,6% face ao 1T15. O EBITDA alcançou 137,9 milhões de euros, um aumento de 7,8% face ao 1T15, representando uma margem EBITDA de 37,2%. No 1T16, o CAPEX Recorrente atingiu 69,4 milhões de euros, um aumento de 1,9% quando comparado com o 1T15. Como consequência da evolução do EBITDA e do CAPEX, o EBITDA-CAPEX Recorrente aumentou 14,4%.

O rácio da Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA foi de 1,9x no final do 1T16 e a maturidade média da dívida alcançou os 3,3 anos.

A NOS publicou os resultados do 1T16 em 26 de abril de 2016, disponíveis em www.nos.pt.

Durante o 1T16, a cotação da ação da NOS desvalorizou 19,1%, de €7,245 para €5,86, que compara com uma desvalorização de 5,5% do PSI20.

Indicadores Operacionais

Indicadores Operacionais ('000)	1T15	1T16	Δ 16/15	4T15	q.o.q.
RGUs Totais	7.790,4	8.595,0	10,3%	8.464,8	1,5%
RGUs Convergentes	2.194,5	2.988,6	36,2%	2.853,7	4,7%
Subscritores IRIS	742,6	899,6	21,1%	865,0	4,0%
Subscritores 3,4 and 5P	878,1	995,4	13,4%	968,4	2,8%

Indicadores Financeiros

Milhões de euros	1T15	1T16	Δ 16/15	4T15	q.o.q.
DESTAQUES NOS					
Volume de Negócios	344,1	370,3	7,6%	376,4	-1,6%
EBITDA	127,9	137,9	7,8%	123,3	11,9%
Margem EBITDA (%)	37,2%	37,2%	+0.1pp	32,7%	+4.5pp
Resultado Líquido	23,2	24,4	5,0%	9,2	165,7%
CAPEX	94,3	95,1	0,8%	113,7	-16,3%
EBITDA-CAPEX	33,6	42,8	27,4%	9,6	-
CAPEX Recorrente	68,2	69,4	1,9%	79,7	-12,8%
EBITDA-CAPEX Recorrente	59,7	68,5	14,4%	43,5	57,4%

2.2 Tecnologia

A área de Tecnologia tem continuado a prosseguir a sua estratégia de gestão ativa de portefólio, com o objetivo de se reforçar como referência tecnológica à escala internacional, em áreas selecionadas do setor IT, através de crescimento orgânico e não orgânico. Esta área é atualmente composta por cinco empresas do sector IT/IS. As cinco empresas geraram cerca de 53,0% das suas receitas fora do mercado Português, estando 44% do total dos 926 colaboradores localizados fora de Portugal.

A WeDo Technologies, líder mundial no mercado de *enterprise business assurance software*, continuou a expandir a sua presença internacional. A empresa colabora com algumas das principais companhias mundiais *blue chip* dos setores de retalho, energia e financeiro, assim como com mais de 190 operadores de telecomunicações de mais de 90 países.

Em janeiro de 2016, a WeDo esteve presente na *NRF's Annual Convention* em Nova Iorque, onde revelou detalhes do seu novo *software RAID Retail*, uma solução que permite aos retalhistas identificar proactivamente os riscos, alarmes e ações para reduzir as perdas financeiras resultantes de ineficiências de processos e falta de controlo. Organizou também a sua primeira conferência em Kuala Lumpur, que contou com a presença de mais de 11 operadoras e 79 delegados.

Em fevereiro de 2016, esteve presente no *Mobile World Congress* em Barcelona e em março de 2016, aproveitando o *4th Annual Revenue Assurance Forum for Utilities* em Londres, a WeDo anunciou o lançamento do novo *software RAID Utilities*, uma solução para permitir que os provedores de *Utilities* identifiquem automaticamente os riscos e potenciais áreas de perda de receita e fraude, e simultaneamente, otimizem os processos do negócio.

Durante o trimestre, a WeDo obteve a renovação da certificação ISO 27001. De salientar também, que a empresa adquiriu quatro novos clientes de telecomunicações (1 na Europa, 1 na Ásia e Pacífico, 1 na América do Norte e 1 em África), continuando a alargar a sua base de clientes pelo mundo. O número de instalações de *software* sob os contratos de manutenção de *software* ativos também aumentou de 150 (no final de 2015) para 157, estando quase na totalidade relacionados com o *software* de *Revenue Assurance* e *Fraud Management* mas também com soluções *Broker Family (Incentives Broker)*.

No final do 1T16, 75,1% do seu volume de negócios foi gerado no mercado internacional e mais de 9% fora do segmento das telecomunicações.

A S21Sec é líder multinacional em cibersegurança, exclusivamente focada em fornecer serviços e tecnologias de segurança. A empresa, desde a sua fundação, cresceu através do constante investimento em inovação e atualmente trabalha com uma carteira de clientes global, mantendo as suas equipas em Espanha, Portugal, México e Reino Unido, juntamente com uma rede de parceiros selecionados que garantem suporte local e ponto de contacto em mercados chave.

Durante o 1T16, de forma a continuar a impulsionar a sua marca e mostrar a relevância da cibersegurança nas organizações, a S21Sec (i) fez vários *webinars (Cyber Insights Series)*, para explicar as orientações que os usuários e organizações devem seguir para salvaguardar os seus sistemas de informação; (ii) lançou a primeira versão da *newsletter* mensal "*Cyberbytes*" para reforçar a sua relevância nos meios de comunicação social; e (iii) tem participado em vários eventos de cibersegurança que tiveram lugar em Espanha, Israel, México e EUA.

De salientar também, o aumento do Volume de Negócios quando comparado com o 1T15, impulsionado pelo bom desempenho das encomendas no final de 2015.

A Saphety é uma empresa que disponibiliza soluções para otimização de processos de negócios, com uma posição relevante na faturação eletrónica e em soluções de *EDI (Electronic Data Interchange)*, assim como na sincronização de dados de informação para as organizações mundiais da GS1.

Este trimestre foi marcado por uma melhoria significativa nas encomendas e na rentabilidade, juntamente com uma boa atividade comercial com alguns importantes contratos, incluindo Validoo Sweeden, ADIF Spain, Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e Brisa. A carteira de clientes da Saphety conta atualmente com mais de 8.500 clientes e 129.000 utilizadores em cerca de 26 países. Adicionalmente, é de salientar, neste período, o crescimento das receitas internacionais face ao 1T15, representando mais de 45% do total do Volume de Negócios. Também relevante, a rentabilidade (EBITDA) cresceu 22% quando comparada com o 1T15.

A Bizdirect é uma empresa tecnológica que se posiciona como um *player* de referência na comercialização de soluções de IT, na gestão de contratos corporativos e na integração de soluções empresariais sobre a tecnologia Microsoft.

No 1T16 o Volume de Negócios da Bizdirect decresceu 4%, apesar da melhoria registada na área de licenciamento de *Software* e na área de Soluções. O Centro de Competências lançado em Viseu conta já com 15 clientes internacionais em 10 países e triplicou o seu Volume de Negócios em comparação com o mesmo período de 2015, resultado do aumento do número de projetos vencidos e entregues e da maior notoriedade e reconhecimento da Bizdirect no mercado europeu. As receitas internacionais representam 7,1% do total do Volume de Negócios.

A Bright Pixel, anunciada publicamente em abril, um *company builder studio*, conta com um grupo experiente de programadores, *designers*, gestores de produto e investidores, cujo objetivo é transformar a criação de novas empresas e a forma como estas lidam com a inovação. A Bright Pixel vai gerir todo o ciclo de vida, desde as fases de experimentação e laboratório até à entrega de *MVP's (Minimum Viable Product)*,

incubando produtos e ideias até à criação de *startups* nas quais irá co-investir. A Bright Pixel vai promover uma relação estreita com as necessidades tecnológicas e de negócio dos seus parceiros em temas como retalho, *media*, cibersegurança e telecomunicações.

Indicadores Financeiros

Milhões de euros

TECNOLOGIA - DEM. RESULTADOS	1T15	1T16	Δ 16/15	4T15	q.o.q.
Volume de Negócios	28,3	26,6	-6,2%	26,2	1,3%
Receitas de Serviço	20,9	19,3	-7,9%	20,4	-5,7%
Vendas de Equipamento	7,4	7,3	-1,6%	5,8	26,0%
Outras Receitas	0,4	0,3	-34,9%	1,0	-74,3%
Custos Operacionais	26,6	26,3	-1,3%	23,7	11,1%
Custos com Pessoal	9,7	10,0	3,5%	9,4	6,4%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	7,7	7,3	-4,5%	5,6	29,7%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	9,2	8,9	-3,6%	8,6	4,0%
EBITDA	2,1	0,5	-74,1%	3,5	-84,8%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	2,1	0,5	-74,4%	3,5	-84,8%
Margem EBITDA (%)	7,4%	2,0%	-5,4pp	13,5%	-11,5pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	1,6	1,8	7,9%	2,3	-24,1%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	5,8%	6,7%	0,9pp	8,9%	-2,2pp
EBITDA do portefólio-CAPEX Operacional	0,5	-1,2	-	1,2	-
CAPEX Total	1,6	1,8	7,9%	2,3	-24,1%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados na área de Tecnologia; (4) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios decresceu 6,2% face ao 1T15, embora tenha registado uma ligeira melhoria quando comparado com o 4T15. As Receitas de Serviço decresceram 7,9%, atingindo 19,3 milhões de euros. As Vendas de Equipamento decresceram 1,6%, totalizando 7,3 milhões de euros.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais decresceram 1,3%, alcançando 26,3 milhões de euros, impactados pelo menor valor de Custos Comerciais e Outros Custos Operacionais, apesar de Custos com pessoal mais elevados. Os Custos com Pessoal aumentaram 3,5% devido ao crescimento do número de colaboradores (de 863 para 926). Quando comparado com o 1T15, o nível de Custos Comerciais decresceu 4,5%, para 7,3 milhões de euros, devido ao menor Custo das Mercadorias Vendidas, em linha com as menores Vendas de Equipamento. Os Outros Custos Operacionais decresceram 3,6%.

EBITDA

O EBITDA total diminuiu 74,1%, justificado pelo decréscimo do EBITDA do portefólio.

O EBITDA do portefólio atingiu 0,5 milhões de euros, diminuindo 74,4% face ao 1T15 e alcançando uma margem de 2,0%.

EBITDA do portefólio-CAPEX Operacional

Como consequência do menor nível de EBITDA do portefólio e do maior nível do CAPEX, o EBITDA do portefólio-CAPEX Operacional situou-se nos 1,2 milhões de euros negativos, diminuindo quando comparado com o 1T15.

2.3 Media

Durante o primeiro trimestre do ano, o Público continuou a ser reconhecido pela SDN (*Society for News Design*), com a atribuição de 6 prémios para a edição *online* e *offline*. A edição *offline* recebeu uma menção honrosa na categoria de Infografia enquanto a edição *online* recebeu 5 menções honrosas por trabalhos de *design* digital, sendo o único órgão de informação português na lista de vencedores do prémio.

O desempenho positivo das receitas de publicidade e circulação *online*, juntamente com a crescente redução de custos, decorrente das iniciativas de reestruturação implementadas no final do ano de 2015, mitigaram o impacto da evolução negativa das receitas *offline*, resultando num EBITDA ainda negativo de 0,7 milhões de euros.

3. Eventos Subsequentes

A 29 de abril de 2016, na Assembleia Geral Anual da empresa, os acionistas deliberaram o seguinte:

1. aprovar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas, Individuais e Consolidadas, relativos ao exercício de 2015;
2. aprovar a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício, que propôs que o resultado líquido relativo às contas individuais, no montante de 34.389.062,32 euros, fosse aplicado como se segue:
 - a. reserva Legal, no montante de 1.719.453,12 euros;
 - b. distribuição pelos acionistas do montante de 18.057.722,15 euros;
 - c. transferência do remanescente, no valor de 14.611.887,05 euros, para “Outras Reservas”;

Considerando que não é possível determinar com exatidão o número de ações próprias que estará em carteira à data do pagamento das propostas acima referidas, sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade, esclareceu-se que:

- a cada ação corresponderá um dividendo líquido de 0,058 euros;
 - o montante correspondente às ações que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,058 euros ilíquidos por ação emitida), não será distribuído pelos acionistas, ficando registado em Outras Reservas;
3. aprovar um voto de louvor e confiança à atividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da sociedade durante o ano de 2015;
 4. eleger os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão de Vencimentos para novo mandato relativo ao quadriénio 2016/2019;
 5. eleger o Revisor Oficial de Contas da Sociedade para o novo mandato relativo ao quadriénio 2016/2019;
 6. aprovar a declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade e dos seus dirigentes, bem como sobre o Plano de Atribuição de Ações e respetivo Regulamento a aplicar pela Comissão de Vencimentos, nos termos da proposta por esta apresentada e previamente divulgada;
 7. aprovar a remuneração dos membros da Comissão de Vencimentos;
 8. autorizar o Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses, proceder à aquisição de e alienação de ações próprias até ao limite legal de 10%, nos termos da proposta por este órgão apresentada e previamente divulgada;
 9. autorizar o Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses, proceder à aquisição ou detenção de ações representativas do capital social da sociedade por sociedades dela dependentes, nos termos do disposto no artigo 325.º B do Código das Sociedades Comerciais, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração e previamente divulgada.

4. Anexo

Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de euros

DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	1T15	1T16	Δ 16/15	4T15	q.o.q.
Volume de Negócios	32,0	29,8	-6,8%	29,8	-0,2%
Receitas de Serviço	22,4	20,5	-8,4%	21,9	-6,5%
Vendas de Equipamento	9,6	9,3	-3,0%	7,9	17,3%
Outras Receitas	0,5	0,4	-13,0%	1,1	-61,5%
Custos Operacionais	31,3	30,6	-2,1%	30,8	-0,4%
Custos com Pessoal	12,2	12,5	2,2%	14,0	-11,0%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	8,7	8,3	-4,7%	6,8	21,7%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	10,4	9,9	-5,1%	9,9	-0,5%
EBITDA	6,2	4,5	-28,2%	1,7	168,0%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	1,1	-0,4	-	1,9	-
Itens não recorrentes	0,0	0,0	-	-1,8	100,0%
MEP ⁽⁴⁾	5,1	4,9	-3,5%	1,5	-
Margem EBITDA do portefólio (%)	3,6%	-1,5%	-5,0pp	6,4%	-7,9pp
Depreciações e Amortizações	1,9	2,4	29,3%	5,2	-53,5%
EBIT	4,3	2,0	-53,3%	-3,6	-
Resultados Financeiros	17,5	-15,9	-	-0,5	-
Proveitos Financeiros	18,0	1,2	-93,5%	-2,0	-
Custos Financeiros	0,5	17,1	-	-1,5	-
EBT	21,8	-13,9	-	-4,1	-
Impostos	-1,1	1,1	-	-1,8	-
Resultado Líquido	20,7	-12,7	-	-5,8	-118,4%
Atribuível ao Grupo	21,3	-12,4	-	-5,7	-118,0%
Atribuível a Interesses Sem Controlo	-0,6	-0,4	38,0%	-0,2	-133,5%

(1) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaeocom; (4) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 45% na SIRS, a participação de 50% na Big Data e a participação de 50% na ZOPT.

Balanço Consolidado

Milhões de euros

BALANÇO CONSOLIDADO	1T15	1T16	Δ 16/15	4T15	q.o.q.
Total Ativo Líquido	1.120,3	1.060,4	-5,3%	1.092,7	-3,0%
Ativo Não Corrente	792,8	766,1	-3,4%	773,6	-1,0%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	28,9	28,4	-1,7%	28,9	-1,8%
Goodwill	29,1	26,3	-9,4%	26,9	-2,1%
Investimentos	728,0	703,9	-3,3%	711,5	-1,1%
Impostos Diferidos Ativos	6,6	7,2	9,2%	6,1	18,3%
Outros	0,3	0,3	-9,2%	0,3	1,6%
Ativo Corrente	327,5	294,3	-10,1%	319,0	-7,8%
Clientes	40,6	37,5	-7,4%	40,1	-6,4%
Liquidez	180,2	172,7	-4,2%	181,1	-4,7%
Outros	106,7	84,1	-21,2%	97,8	-14,0%
Capital Próprio	1.047,3	999,6	-4,6%	1.025,2	-2,5%
Atribuível ao Grupo	1.048,6	1.001,6	-4,5%	1.026,9	-2,5%
Interesses Sem Controlo	-1,3	-2,1	-62,1%	-1,7	-21,6%
Total Passivo	73,0	60,8	-16,7%	67,5	-9,9%
Passivo Não Corrente	13,7	8,8	-35,3%	15,0	-41,2%
Empréstimos Bancários	9,4	4,5	-51,9%	8,6	-47,0%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	2,8	3,0	6,6%	4,2	-28,9%
Outros	1,4	1,3	-8,5%	2,2	-42,1%
Passivo Corrente	59,3	52,0	-12,4%	52,4	-0,9%
Empréstimos	1,3	1,0	-23,4%	2,2	-52,4%
Fornecedores	23,7	18,5	-21,8%	19,0	-2,3%
Outros	34,3	32,4	-5,5%	31,3	3,6%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	1,8	1,8	2,5%	2,5	-25,4%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	5,6%	6,2%	0,6pp	8,3%	-2,1pp
CAPEX Total	1,8	1,8	2,5%	2,5	-25,4%
EBITDA de portefólio-CAPEX Operacional	-0,7	-2,3	-	-0,5	-
Dívida Bruta	11,5	6,8	-40,8%	12,1	-43,4%
Dívida Líquida	-168,7	-166,0	1,6%	-169,1	1,8%

(1) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

FCF Alavancado

Milhões de euros

FREE CASH FLOW ALAVANCADO	1T15	1T16	Δ 16/15	4T15	q.o.q.
EBITDA do portefólio -CAPEX Operacional	-0,7	-2,3	-	-0,5	-
Varição de Fundo de Maneio	-1,0	0,7	-	0,9	-29,3%
Items não Monetários e Outros	-1,5	0,0	97,2%	-0,7	94,3%
Cash Flow Operacional	-3,1	-1,6	46,9%	-0,3	-
Investimentos	0,0	0,0	-	0,0	-
Dividendos	0,0	0,0	-	0,0	-
Resultados Financeiros	2,1	-1,2	-	0,9	-
Impostos	-0,7	-0,2	77,4%	-0,9	82,1%
FCF ⁽¹⁾	-1,7	-3,0	-80,9%	-0,2	-

(1) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos.

5. Informação Financeira

5.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2016 (não auditado)	março 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.c), 1.h) e 5	2.702.661	2.610.841	2.837.779
Ativos intangíveis	1.d), 1.e) e 6	25.665.314	26.242.051	26.048.604
Goodwill	1.f), 1.w) e 7	26.329.694	29.062.368	26.893.310
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b) e 8	703.677.256	726.755.418	711.234.593
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	-	1.069.775	144.477
Investimentos disponíveis para venda	1.g), 4 e 10	90.779	113.054	90.779
Outros ativos não correntes	1.g), 1.r), 1.x), 4 e 22	287.674	318.270	283.400
Impostos diferidos ativos	1.p), 1.s) e 11	7.213.478	6.604.112	6.098.375
Total de ativos não correntes		765.966.856	792.775.889	773.631.317
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	64.533.438	75.894.216	79.796.807
Inventários	1.i)	400.111	1.657.788	398.911
Clientes	1.g), 1.j), 4 e 22	37.549.416	40.566.692	40.114.875
Outras dívidas de terceiros	1.g), 1.j), 4 e 22	7.530.620	16.727.772	7.249.940
Outros ativos correntes	1.g), 1.r), 1.x), 4 e 22	11.732.437	12.075.927	10.357.955
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 1.k), 4 e 12	172.682.128	180.181.809	181.120.060
Total de ativos correntes		294.428.150	327.104.204	319.038.548
Total do ativo		1.060.395.006	1.119.880.093	1.092.669.865
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	13	230.391.627	230.391.627	230.391.627
Ações próprias	1.u) e 14	(7.686.952)	(7.686.952)	(7.686.952)
Reservas	1.t)	791.329.798	804.570.897	769.609.304
Resultado líquido consolidado do exercício		(12.386.884)	21.286.031	34.610.042
		1.001.647.589	1.048.561.603	1.026.924.021
Interesses sem controlo		(2.074.628)	(1.279.737)	(1.706.447)
Total do capital próprio		999.572.961	1.047.281.866	1.025.217.574
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.l), 1.m), 4 e 15.a)	4.539.154	9.042.380	8.565.175
Outros passivos financeiros não correntes	1.h), 4 e 16	666.555	491.436	798.762
Provisões para outros riscos e encargos	1.o), 1.s) e 17	3.019.794	2.820.823	4.292.553
Outros passivos não correntes	1.r), 1.x), 4, 22 e 26	624.185	919.490	1.429.735
Total de passivos não correntes		8.849.688	13.274.129	15.086.225
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.l), 1.m), 4 e 15.b)	1.031.187	1.308.396	2.169.314
Fornecedores	4 e 22	18.547.037	23.714.139	18.992.038
Outros passivos financeiros	1.h), 4 e 18	486.743	294.080	520.461
Outras dívidas a terceiros	4 e 22	4.855.525	7.336.890	4.592.073
Outros passivos correntes	1.r), 1.x), 4, 22 e 26	27.051.865	26.670.593	26.092.180
Total de passivos correntes		51.972.357	59.324.098	52.366.066
Total do passivo e capital próprio		1.060.395.006	1.119.880.093	1.092.669.865

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2016 (não auditado)	março 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Vendas	1.r) e 22	9.322.425	9.612.473	39.968.292
Prestações de serviços	1.r) e 22	20.465.835	22.351.994	89.545.612
Outros proveitos operacionais	1.q) e 22	396.282	477.636	2.371.294
		30.184.542	32.442.103	131.885.198
Custo das vendas	1.i)	(7.496.181)	(7.894.193)	(32.184.381)
Fornecimentos e serviços externos	1.h), 19e 22	(10.500.867)	(10.949.101)	(43.939.316)
Custos com o pessoal	1.x) e 26	(12.479.517)	(12.210.823)	(51.294.337)
Amortizações e depreciações	1.c), 1.d), 1.f), 5, 6 e 7	(2.440.890)	(1.887.846)	(10.799.317)
Provisões e perdas de imparidade	1.j), 1.o), 1.w) e 17	(70.862)	(204.945)	(503.233)
Outros custos operacionais		(89.207)	(46.598)	(321.960)
		(33.077.524)	(33.193.506)	(139.042.544)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b), 8 e 20	4.887.603	5.066.618	17.843.497
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 9 e 20	(15.300.040)	16.994.414	23.886.616
Outros custos financeiros	1.h), 1.m), 1.v), 1.w), 20 e 22	(1.747.606)	(476.762)	(853.224)
Outros proveitos financeiros	1.v), 20 e 22	1.171.223	986.124	1.722.969
Resultados correntes		(13.881.802)	21.818.991	35.442.512
Imposto sobre o rendimento	1.p), 11 e 21	1.136.924	(1.110.369)	(2.289.494)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		(12.744.878)	20.708.622	33.153.018
Resultado líquido consolidado do exercício		(12.744.878)	20.708.622	33.153.018
Atribuível a:				
Acionistas da empresa mãe	25	(12.386.884)	21.286.031	34.610.042
Interesses sem controlo		(357.994)	(577.409)	(1.457.024)
Resultados por ação	25			
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos		(0,04)	0,07	0,11
Diluidos		(0,04)	0,07	0,11
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos		(0,04)	0,07	0,11
Diluidos		(0,04)	0,07	0,11

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral

Para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2016 (não auditado)	março 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Resultado líquido consolidado do exercício		(12.744.878)	20.708.622	33.153.018
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto, que podem subsequentemente ser reclassificados por ganhos ou perdas:				
Variações em reservas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial	8	(12.450.811)	7.364.505	(12.529.597)
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.v)	(438.737)	812.579	(77.370)
Rendimento integral consolidado do exercício		(25.634.426)	28.885.706	20.546.051
Atribuível a:				
Acionistas da empresa mãe		(25.276.432)	29.463.115	22.003.075
Interesses sem controlo		(357.994)	(577.409)	(1.457.024)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)	Capital social		Reservas					Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
			Ações próprias (Nota 14)	Prémios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Outras reservas			
2016										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.443.724	7.686.952	(26.811.749)	769.609.304	-	34.610.042	1.026.924.021
Aplicação do resultado consolidado de 2015										
Transferência para outras reservas	-	-	-	1.719.453	-	32.890.589	34.610.042	-	(34.610.042)	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de março de 2016	-	-	-	-	-	(12.889.548)	(12.889.548)	-	(12.386.884)	(25.276.432)
Saldo em 31 de março de 2016	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	15.163.177	7.686.952	(6.810.708)	791.329.798	-	(12.386.884)	1.001.647.589
Interesses sem controlo										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	(1.706.447)	-	(1.706.447)
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	(357.994)	-	(357.994)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(29.740)	-	(29.740)
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-	5.934	-	5.934
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	13.619	-	13.619
Saldo em 31 de março de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(2.074.628)	-	(2.074.628)
Total	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	15.163.177	7.686.952	(6.810.708)	791.329.798	(2.074.628)	(12.386.884)	999.572.961

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas			Interesses sem controle	Resultado líquido	Total
					Reservas de ações próprias	Outras reservas (reexpresso)	Total de reservas			
2015										
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso)	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	7.686.952	(27.694.429)	768.435.584	-	27.958.229	1.019.098.488
Aplicação do resultado consolidado de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para outras reservas	-	-	-	291.040	-	27.667.189	27.958.229	-	(27.958.229)	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de março de 2015	-	-	-	-	-	8.177.084	8.177.084	-	21.286.031	29.463.115
Saldo em 31 de março de 2015	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.443.724	7.686.952	8.149.844	804.570.897	-	21.286.031	1.048.561.603
Interesses sem controle										
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	(632.000)	-	(632.000)
Rendimento integral de interesses sem controle	-	-	-	-	-	-	-	(577.409)	-	(577.409)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(37.350)	-	(37.350)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	(32.978)	-	(32.978)
Saldo em 31 de março de 2015	-	-	-	-	-	-	-	(1.279.737)	-	(1.279.737)
Total	230.391.627	(7.686.952)	775.290.377	13.443.724	7.686.952	8.149.844	804.570.897	(1.279.737)	21.286.031	1.047.281.866

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)	março 2016	março 2015
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	31.701.653	32.468.319
Pagamentos a fornecedores	(18.565.170)	(15.741.403)
Pagamentos ao pessoal	(14.370.486)	(15.814.963)
Fluxo gerado pelas operações	(1.234.003)	911.953
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(446.824)	(543.558)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	(1.238.295)	(1.172.462)
Fluxos das atividades operacionais (1)	(2.919.122)	(804.067)
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	4.420	(19)
Ativos intangíveis	3.375	-
Juros e proveitos similares	464.521	179.672
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(226.986)	(363.127)
Ativos intangíveis	(410.883)	(340.985)
Fluxos das atividades de investimento (2)	(165.553)	(524.459)
Atividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	92.068	-
Pagamentos respeitantes a:		
Amortizações de contratos de locação financeira	(78.114)	(69.770)
Juros e custos similares	(339.314)	(193.931)
Empréstimos obtidos	(5.002.634)	(209.010)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(5.327.994)	(472.711)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(8.412.669)	(1.801.237)
Efeito das diferenças de câmbio	(24.247)	70.145
Caixa e seus equivalentes no início do período	181.087.977	181.814.513
Caixa e seus equivalentes no final do período	172.651.062	180.083.421

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

1. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Notas	março 2016	março 2015
Numerário	12	26.904	26.205
Depósitos à ordem	12	79.588.449	11.854.995
Aplicações de tesouraria	12	93.066.774	168.300.609
Depósitos à ordem (saldos credores)	12 e 15	(31.065)	(98.388)
Caixa e seus equivalentes		172.651.062	180.083.421
Depósitos à ordem (saldos credores)		31.065	98.388
Disponibilidades constantes do balanço		172.682.128	180.181.809

2. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	Notas	março 2016	março 2015
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	15	1.000.000	1.193.449
b) Compra de empresas através da emissão de ações		Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital		Não aplicável	Não aplicável

3. Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
2016				
Multimédia	(2.442.889)	(78.984)	(1.458)	(2.523.331)
Sistemas de Informação	1.485.466	(438.670)	(5.259.393)	(4.212.597)
Holding	(1.961.699)	352.101	(67.143)	(1.676.741)
	(2.919.122)	(165.553)	(5.327.994)	(8.412.669)

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
2015				
Multimédia	(507.146)	(118.287)	(14.960)	(640.393)
Sistemas de Informação	766.232	(300.919)	(378.370)	86.943
Holding	(1.063.153)	(105.253)	(79.381)	(1.247.787)
	(804.067)	(524.459)	(472.711)	(1.801.237)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2016 e 2015

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



5.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAECOM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral;
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de

Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Durante o exercício de 2013, foi concretizada uma operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS, S.A. na Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 8). Consequentemente, o segmento de telecomunicações foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada, pelo que atualmente, os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades, para além das atividades de holding:

- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.



Consequentemente, desde a fusão acima referida, o segmento das telecomunicações passou a ser controlado conjuntamente (Nota 8).

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 9 e 13).

Em 2014 a Sonaecom reduziu, desta forma, o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 12 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação pelo método integral (Nota 2), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia e, tendo em consideração a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IFRS, de acordo com a SIC 8 (Primeira aplicação das IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 31 de março de 2016:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados) O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.	1-fev-15
Melhorias de algumas IFRS (2010-2012) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.	1-fev-15
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeira (Divulgações) Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.	1-jan-16
Melhorias de algumas IFRS (2012-2014) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.	1-jan-16
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização) O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.	1-jan-16
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	1-jan-16
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial) Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.	1-jan-16

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-18
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas	1-jan-16
Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.	
IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto)	Adiada indefinidamente
O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.	
IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório)	1-jan-16
Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.	
IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes)	1-jan-18
A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.	
IFRS 16 – Locações	1-jan-19
A IFRS 16 vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.	
Emendas à norma IAS 12 – Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para perdas não realizadas	1-jan-17
A emenda à IAS 12 - Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para perdas não realizadas vem esclarecer a contabilização para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Emendas à norma IAS 7 – Inicitativa de divulgação	1-jan-17
A emenda à IAS 7 - Inicitativa de divulgação pretende melhorar a informação prestada aos utilizadores das demonstrações financeiras acerca das atividades de financiamento de uma entidade.	
Clarificações à IFRS 15 -Receitas de contratos com clientes	1-jan-18
O objetivo das Clarificações à IFRS 15 -Receitas de contratos com clientes é de esclarecer os princípios para o reconhecimento de receitas de contratos com os clientes. A norma aplica-se a todos os contratos com os clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguros.	

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 31 de março de 2016, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, com exceção da IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações, encontrando-se em processo de análise os efeitos das referidas normas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 31 de março de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de março de 2015.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo
A Sonaecom detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados. Estas participações financeiras foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.



O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e controladas conjuntamente

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são também registados pelo método de equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da empresa associada ou controlada conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou controlada conjuntamente, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

A diferença entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente e o

montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição, quando positiva, é registada como goodwill incluída no valor do investimento e, quando negativa, após uma reavaliação do seu apuramento, é registada diretamente na Demonstração de Resultados na rubrica 'Ganhos e Perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente'.

As empresas associadas e controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 8.

c) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	3 - 20
Equipamento básico	3 - 15
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	1 - 10
Ferramentas e utensílios	4
Outros ativos fixos tangíveis	4

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento,



encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

d) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os Ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software*, propriedade industrial, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e *know-how*.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a dezanove anos, sendo a maior parte amortizada entre 3 e 5 anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (5 anos). As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos Ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

e) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

f) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 - 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea w). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

g) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de



resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 31 de março de 2016 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.



O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para **'Investimentos disponíveis para venda'**, as **perdas** acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

h) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa **duração ('ALD')** estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

i) Inventários

Os **'Inventários'** são **valorizados** ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação,

obsolescência e deterioração e são registados na demonstração de resultados, em **'Custo das vendas'**.

j) Clientes e outras dívidas de terceiros

As **dívidas de 'Clientes'** e as **'Outras dívidas de terceiros'** são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em **'Provisões e perdas de imparidade'**. **Recuperações** e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de **'Provisões e perdas por imparidade'** da demonstração de resultados.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os **montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa'** correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica **'Caixa e equivalentes de caixa'** os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica **'Caixa e equivalentes de caixa'** compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica **'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'**.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias, associadas e controladas conjuntamente e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.



Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

n) Instrumentos financeiros derivados

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo

valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de março de 2016, o grupo encontrava-se a utilizar forwards cambiais para cobertura do risco cambial de saldos a receber de clientes em dólares (Nota 1.v)), para além dos instrumentos financeiros derivados referidos na Nota 1.x).

o) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

p) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – 'Impostos sobre rendimento'.

O grupo Sonaecom foi abrangido, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, em que o imposto corrente era calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo, contudo, no exercício findo em 2015, o grupo Sonaecom deixou de ter um grupo autónomo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação em virtude de ter passado a integrar o regime especial de tributação de grupos de sociedades da Sonae SGPS.

Desta forma, desde 1 de janeiro de 2015, a Sonaecom encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante.. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba



todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

q) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar custos com pessoal são reconhecidos como menos custo durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Custos com pessoal'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

Para as empresas da área da segurança digital, os subsídios não reembolsáveis são reconhecidos no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de desenvolvimento do projeto.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos no balanço como passivo, em 'Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo' e 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos' e são amortizados de acordo com os planos de pagamento estabelecidos. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

r) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea o).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos, o qual é entendido como a relação entre os gastos incorridos em cada projecto até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos para completar os projectos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.



Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

s) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

t) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.n)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 31 de março de 2016, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 15 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor em elementos desconhecidos durante o período findo em 31 de março de 2016.

u) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

v) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.



As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2016		2015	
	31 de março	Média	31 de março	Média
Libra inglesa	1,2633	1,2978	1,3750	1,3453
Real brasileiro	0,2429	0,2326	0,2861	0,3110
Dólar americano	0,8784	0,9071	0,9295	0,8880
Zloti (Polónia)	0,2349	0,2291	0,2448	0,2385
Dólar australiano	0,6754	0,6543	0,7065	0,6986
Pesos mexicanos	0,0511	0,0503	0,0606	0,0594
Libra egípcia	0,0993	0,1164	0,1222	0,1161
Ringgit (Malásia)	0,2269	0,2164	0,2508	0,2452
Franco suíço	0,9148	0,9124	0,9558	0,9335
Rand de África do Sul	0,0596	0,0573	0,0762	0,0756
Peso colombiano	0,0003	0,0003	0,0004	0,0004

Em 31 de março de 2016, o grupo tinha contratado forwards cambiais no montante de USD 66.000 (USD 558.000 em 31 de março de 2015), que fixam a taxa de câmbio para EUR, os quais têm uma duração média de 2 meses (1 mês em 31 de março de 2015).

w) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e

- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de goodwill e de investimentos financeiros em empresas associadas, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para o valor de goodwill e de investimentos em empresas controladas conjuntamente, a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

x) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:



- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 31 de março de 2016, os planos atribuídos durante o ano 2014, 2015 e 2016 não estão cobertos, estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

y) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após

a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

z) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis; e
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

aa) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. n)).

O grupo encontra-se ainda exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.



Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egípto, na Colômbia e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e

- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro e outros derivados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos



inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 31 de março de 2016 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados de cobertura de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e

(iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

Risco de crédito

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de março de 2016 e 2015, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2016		2015	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Empresa-mãe							
SONAECON, S.G.P.S., S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias							
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' - usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae IM	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Itrust - Cyber Security Intelligence, S.A. (Itrust')	Maia	Comercialização de produtos e serviços de gestão, implementação e consultoria na área de sistemas e tecnologias de informação.	Sonaecom CSI	100%	100%	100%	100%
Lookwise, S.L.U. ('Lookwise') (f)	Navarra	Desenvolvimento, promoção e exploração comercial de sistemas informáticos com soluções em matéria de segurança e conformidade regulamentar, incluindo cessão ou transmissão a terceiros. Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	60%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. (PCJ)	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited (Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
S21 Sec Barcelona, S.L. ('S21 Sec Barcelona') (c)	Barcelona	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	Liquidada		100%	60%
S21 Sec Brasil, Ltda ('S21 Sec Brasil')	São Paulo	Consultoria em tecnologia da informação. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis. Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda. Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.	S21 Sec Gestion	99,99%	77,80%	99,99%	60%
S21 Sec Ciber seguridad (d)	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion S21 Sec México	50%	77,80%	50%	78%
S21 Sec Fraud Risk Management, S.L. ('S21 Sec FRM') (f)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	60%
S21 Sec Gestion, S.A. ('S21 Sec Gestion') (a)	Navarra	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	Sonaecom CSI	77,80%	77,80%	60%	60%
S21 Sec Inc. ('S21 Sec Inc.')(e)	Texas	Consultoria, assessoria, auditoria e manutenção de todos os tipos de instalações e serviços avançados de comunicação e sistemas de segurança. Aquisição e instalação de sistemas avançados de comunicação e de segurança produzidos por terceiros.	S21 Sec Gestion	Liquidada		100%	60%
S21 Sec Information Security Labs, S.L. ('S21 Sec Labs')	Navarra	Pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como consultoria, manutenção e auditoria relativos a produtos, sistemas, instalações e serviços de comunicação e segurança.	S21 Sec Gestion	100%	77,80%	100%	60%



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2016		2015	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
S21 Sec Institute, S.L. ('S21 Sec Institute') (f)	Gipuzcoa	Educação, formação, sensibilização, aconselhamento, assistência técnica, certificação, investigação, inovação e desenvolvimento, em todos os tipos de metodologias, planos de carreira, cultura de segurança, produtos e serviços de segurança digital e segurança cibernética, instalações, serviços e ambientes de sistemas avançados de comunicação e segurança digital.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	60%
S21 Sec México, S.A. de CV ('S21 Sec México')	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99,87%	77,80%	99,87%	60%
S21 Sec, S.A. de CV ('S21 Sec, S.A. de CV')	Cidade do México	Serviços de consultoria em informática.	S21 Sec Gestion	99,99%	77,80%	99,99%	60%
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ('Saphety')	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados: comercialização, desenvolvimento e representação de <i>software</i> .	Sonae IM	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Saphety Brasil Transações Eletrónicas Ltda. ('Saphety Brasil')	São Paulo	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de <i>software</i> relacionados com aqueles serviços.	Saphety	99,8%	86,821%	99,8%	86,821%
Saphety – Transacciones Electronicas SAS ('Saphety Colombia')	Bogotá	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de <i>software</i> relacionados com aqueles serviços.	Saphety	100%	86,995%	100%	86,995%
Servicios de Inteligencia Estratégica Global, S.L. ('SIEG') (f)	Navarra	Prestação de serviços de aconselhamento, orientação, consultoria, formação de equipas e formação na área de pesquisa, análise, processamento e fornecimento de informações relevantes para a gestão operacional e estratégica das empresas, governos e organizações e instituições. Serviços de apoio e suporte aos negócios e de defesa às empresas e organizações a nível internacional. Pesquisa, desenvolvimento, inovação e comercialização de metodologias, <i>software</i> , <i>hardware</i> e tecnologias em geral, dentro do âmbito da pesquisa, análise e processamento automática e inteligente da informação, incluindo a análise de sensibilidade e indicadores de forma prospetiva.	S21 Sec Gestion	Fusionada na S21 Sec Gestion		100%	60%
Sonaeom – Cyber Security and Intelligence, SGPS, S.A. ('Sonaeom CSI')	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
Sonaeom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaeom SP')	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaeom	100%	100%	100%	100%
Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, S.A. ('SonaeIM') (g)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> .	Sonaeom	100%	100%	100%	100%
Sonaeom - Sistemas de Información Española, S.L. ('SSI España')	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
Sonaeom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaeom	100%	100%	100%	100%
Sonae telecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaeom	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ('Tecnológica')	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ('We Do')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae IM	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ('We Do Brasil')	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z o o. ('We Do Poland') (b)	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	Liquidada		100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ('We Do USA')	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%



Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2016		2015	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
We Do Technologies Australia PTY Limited ('We Do Asia')	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ('We Do BV')	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV - Sucursal Malásia ('We Do Malásia')	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ('We Do Egypt')	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	100%	90% 5% 5%	100%
We Do Technologies (UK) Limited ('We Do UK')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ('We Do Mexico')	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	0,001% 99,999%	100%	0,001% 99,999%	100%
Bright Development Studio, S.A. (h)	Lisboa	Investigação, desenvolvimento e comercialização de projectos e soluções de serviços na área das tecnologias de informação, comunicações e retalho, bem como atividades de consultoria para os negócios e para a gestão.	Sonae IM	100%	100%		

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Em 2015 a empresa Sonaecom Cyber Security and Intelligence adquiriu mais 17,80% do capital do Grupo S21SEC Gestion,S.A.

(b) Empresa liquidada em Março de 2016

(c) Empresa liquidada em setembro 2015

(d) Em julho de 2015 a empresa S21 SEC Gestion adquiriu os restantes 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV. Face a esta alteração na percentagem do capital detido, a S21 SEC Ciberseguridad SA de CV passou a ser incluída na consolidação pelo método integral.

(e) Empresa liquidada em novembro 2015

(f) Em novembro 2015 ocorreu a fusão por absorção das empresas Lookwise, S21 Sec FRM, S21 Sec Institute e SIEG na S21 Sec Gestion. Esta operação teve efeitos retroactivos a 1 de janeiro de 2015.

(g) Em Dezembro 2015 a Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. alterou a sua denominação social para Sonae Investment Management - Software and Technology.

(h) Empresa constituída em março 2016

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 - 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Alterações ocorridas no grupo

Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Constituições

Compradora	Participada	Data	% Participação Direta	% Participação Efetiva
2016				
Sonae IM*	Bright	Mar-16	100%	100%

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A. para Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015.

b) Liquidações

Participante	Participada	Data	Capital
2016			
Cape Technologies	We Do Poland	Mar-16	100%

4. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2016 e 2015, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

							2016
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	90.779	-	-	90.779	-	90.779
Outros ativos não correntes	287.674	-	-	-	287.674	-	287.674
	287.674	90.779	-	-	378.453	-	378.453
Ativos correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	64.533.438	-	64.533.438	-	64.533.438
Clientes	37.549.416	-	-	-	37.549.416	-	37.549.416
Outras dívidas de terceiros	3.451.123	-	-	-	3.451.123	4.079.497	7.530.620
Outros ativos correntes	-	-	-	9.298.479	9.298.479	2.433.958	11.732.437
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	172.682.128	-	-	-	172.682.128	-	172.682.128
	213.682.667	-	64.533.438	9.298.479	287.514.584	6.513.455	294.028.039
2015							
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	1.069.775	-	1.069.775	-	1.069.775
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	113.054	-	-	113.054	-	113.054
Outros ativos não correntes	318.270	-	-	-	318.270	-	318.270
	318.270	113.054	1.069.775	-	1.501.099	-	1.501.099
Ativos correntes							
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	75.894.216	-	75.894.216	-	75.894.216
Clientes	40.566.692	-	-	-	40.566.692	-	40.566.692
Outras dívidas de terceiros	9.157.572	-	-	-	9.157.572	7.570.200	16.727.772
Outros ativos correntes	-	-	-	9.577.736	9.577.736	2.498.191	12.075.927
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	180.181.809	-	-	-	180.181.809	-	180.181.809
	229.906.073	-	75.894.216	9.577.736	315.378.025	10.068.391	325.446.416



					2016
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 15)	4.539.154	-	4.539.154	-	4.539.154
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	666.555	666.555	-	666.555
Outros passivos não correntes	-	48.898	48.898	575.287	624.185
	4.539.154	715.453	5.254.607	575.287	5.829.894
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	1.031.187	-	1.031.187	-	1.031.187
Fornecedores	-	18.547.037	18.547.037	-	18.547.037
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	486.743	486.743	-	486.743
Outras dívidas a terceiros	-	387.649	387.649	4.467.876	4.855.525
Outros passivos correntes	-	16.695.172	16.695.172	10.356.693	27.051.865
	1.031.187	36.116.601	37.147.788	14.824.569	51.972.357

					2015
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo (Nota 15)	9.042.380	-	9.042.380	-	9.042.380
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	491.436	491.436	-	491.436
Outros passivos não correntes	-	39.628	39.628	879.862	919.490
	9.042.380	531.064	9.573.444	879.862	10.453.306
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	1.308.396	-	1.308.396	-	1.308.396
Fornecedores	-	23.714.139	23.714.139	-	23.714.139
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	294.080	294.080	-	294.080
Outras dívidas a terceiros	-	1.277.948	1.277.948	6.058.942	7.336.890
Outros passivos correntes	-	15.464.621	15.464.621	11.205.972	26.670.593
	1.308.396	40.750.788	42.059.184	17.264.914	59.324.098

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registrados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado e dos registrados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contábilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2016
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2015	3.418.910	9.756.011	72.116	9.002.845	422.547	18.218	22.690.647
Adições	642	799	-	20.507	240	62.012	84.200
Alienações	-	(25.245)	-	(7.675)	-	-	(32.920)
Transferências e abates	8.800	(1.834)	-	(22.048)	27	(26.860)	(41.915)
Saldo em 31 março 2016	3.428.352	9.729.731	72.116	8.993.629	422.814	53.370	22.700.012
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2015	2.174.077	9.507.187	44.306	7.785.240	342.058	-	19.852.868
Depreciações do período	43.773	28.547	3.287	121.147	2.825	-	199.579
Alienações	-	(11.921)	-	(3.676)	-	-	(15.597)
Transferências e abates	9.896	(3.351)	-	(46.059)	15	-	(39.499)
Saldo em 31 março 2016	2.227.746	9.520.462	47.593	7.856.652	344.898	-	19.997.351
Valor líquido	1.200.606	209.269	24.523	1.136.977	77.916	53.370	2.702.661

							2015
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2014	3.528.324	10.256.267	72.116	8.375.847	424.270	29.848	22.686.672
Adições	-	363	-	60.726	1.735	48.837	111.661
Alienações	-	-	-	(15.511)	-	-	(15.511)
Transferências e abates	(1.266)	16.474	-	162.780	(60)	(66.632)	111.296
Saldo em 31 março 2015	3.527.058	10.273.104	72.116	8.583.842	425.945	12.053	22.894.118
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2014	2.116.298	9.969.925	31.159	7.552.193	320.668	-	19.990.243
Depreciações do período	64.737	26.952	3.362	102.238	11.548	-	208.837
Alienações	-	-	-	(15.368)	-	-	(15.368)
Transferências e abates	(19.251)	5.704	-	113.132	(20)	-	99.565
Saldo em 31 março 2015	2.161.784	10.002.581	34.521	7.752.195	332.196	-	20.283.277
Valor líquido	1.365.274	270.523	37.595	831.647	93.749	12.053	2.610.841

As depreciações e amortizações do período findo em 31 de março de 2016 e 2015 podem ser detalhadas como se segue:

	2016	2015
	Total	Total
Ativos fixos tangíveis	199.579	208.837
Ativos intangíveis (Nota 6)	1.906.654	1.679.009
Goodwill (nota 7)	334.657	-
	2.440.890	1.887.846

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de março de 2016 e 2015, ascendia a 2.152.649 euros e a 2.180.572 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 1.137.473 euros e 951.847 euros, respetivamente.



Em 31 de março de 2016 e 2015, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de março de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	2016	2015
Sistemas de informação / equipamento informático	3.200	2.703
Outros projetos em curso	50.170	9.350
	53.370	12.053

Em 31 de março de 2016 e 2015, não existem compromissos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar.

6. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2016
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2015	11.630.222	69.480.822	6.755.183	87.866.227
Adições	4.103	265.782	1.485.716	1.755.601
Alienações	-	(11.739)	-	(11.739)
Transferências e abates	(265.593)	996.791	(1.232.882)	(501.684)
Saldo em 31 março 2016	11.368.732	70.731.656	7.008.017	89.108.405
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2015	10.797.665	51.019.958	-	61.817.623
Amortizações do período	91.291	1.815.363	-	1.906.654
Alienators	-	(1.573)	-	(1.573)
Transferências e abates	(234.684)	(44.929)	-	(279.613)
Saldo em 31 março 2016	10.654.272	52.788.819	-	63.443.091
Valor líquido	714.460	17.942.837	7.008.017	25.665.314

				2015
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2014	11.000.702	55.566.461	5.418.866	71.986.029
Adições	10.477	409.944	1.263.570	1.683.991
Transferências e abates	696.961	1.779.304	(1.210.713)	1.265.552
Saldo em 31 março 2015	11.708.140	57.755.709	5.471.723	74.935.572
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2014	10.344.118	36.059.975	-	46.404.093
Amortizações do período	298.787	1.380.222	-	1.679.009
Transferências e abates	578.457	31.962	-	610.419
Saldo em 31 março 2015	11.221.362	37.472.159	-	48.693.521
Valor líquido	486.778	20.283.550	5.471.723	26.242.051



Em 31 de março de 2016 as adições do período relativos a ativos intangíveis, incluem cerca de 1,26 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 1,3 milhões de euros em 31 de março de 2015), associados essencialmente a projetos de desenvolvimento de *software* de IT e aos produtos RAID, NetClarus e Lookwise..

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 7 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

7. Goodwill

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2016	2015
Saldo inicial	26.893.310	28.719.066
Outros movimentos do período	(228.959)	343.302
Perdas por imparidade (Nota 5)	(334.657)	-
Saldo final	26.329.694	29.062.368

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, a rubrica 'Outros movimentos do período' inclui o efeito da atualização cambial de goodwill.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente da compra de 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV por parte da S21 SEC Gestion, foi registado um Goodwill nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom no montante de 369.402 euros, estando o mesmo ainda sujeito a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

Desta forma, no período findo em 31 de Março de 2016, em resultado da reavaliação dos ativos adquiridos, foi registada uma imparidade pelo valor total do goodwill líquida do efeito da atualização cambial do período (34.745 euros).

Assim, em 31 de março de 2016 e 2015, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	Sistemas de Informação	Multimédia
2016		
Goodwill	22.799.694	3.530.000
2015		
Goodwill	23.032.368	6.030.000

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para exercícios de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,9%. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de cerca de 2%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimado com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento entre 1% e 3% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.



	Sistemas de Informação	Multimédia
Pressupostos		
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,0%	0,0%

Para o setor dos sistemas de informação, na área da segurança digital (*Cibersecurity*), foi utilizada uma taxa de crescimento de 3%. Adicionalmente, para a empresa Digitmarket foi utilizada uma taxa de crescimento de 2%.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no período findo em 31 de março de 2016 e 2015, para além das registadas na demonstração dos resultados. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

8. Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente

As empresas associadas e controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração de resultados em 31 de março de 2016 e 2015 são as seguintes:

Sede social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração dos resultados	
	31 março 2016		31 março 2015		31 março 2016	31 março 2015
	Direto	Total	Direto	Total		
ZOPT (a) Porto	50%	50%	50%	50%	4.863.490	5.096.605
Unipress – Centro Gráfico, Lda ('Unipress') Vila Nova de Gaia	50%	50%	50%	50%	29.975	1.469
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' - usando a marca 'Rádio Nova') Porto	45%	45%	45%	45%	(5.808)	(5.790)
S21Sec Ciber seguridad SA de CV ('Ciber seguridad') (b) Cidade do México	Método consolidação integral		50%	30%	-	(25.661)
Intelligent Big Data, S.L. ('Big Data') (c) Gipuzcoa	50%	39%	50%	30%	(54)	(5)
Total (Nota 20)					4.887.603	5.066.618

(a) Inclui a incorporação dos resultados das participadas proporcionalmente ao capital detido

(b) Empresa detida diretamente pela S21 Sec México a 50%. Em julho de 2015 a empresa S21 SEC Gestion adquiriu os restantes 50% do capital social da S21 SEC Ciberseguridad SA de CV. Desta forma, esta empresa passou a ser detida a 77,80% pela Sonaecom, S.G.P.S., S.A (participação efectiva), passando a ser incluída na consolidação pelo método de consolidação integral (Nota 2).

(c) Empresa detida diretamente pela S21 Sec Gestion

As empresas associadas e controladas conjuntamente foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com a IFRS 11, a classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem e regulem o controlo conjunto. Desta forma e de acordo com o disposto nesta norma, a 31 de março de 2016 o grupo apenas detinha empresas controladas conjuntamente.



Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, foi o seguinte:

	31 março 2016			31 março 2015		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Saldo em 1 de janeiro	623.385.403	87.849.200	711.234.603	633.758.551	87.849.200	721.607.751
Aumentos	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 20)	4.893.464	-	4.893.464	5.098.662	-	5.098.662
Efeito em reservas	(12.450.811)	-	(12.450.811)	7.364.505	-	7.364.505
Dividendos	-	-	-	(7.315.500)	-	(7.315.500)
	615.828.056	87.849.200	703.677.256	638.906.218	87.849.200	726.755.418
Registado em Provisões para outros riscos e encargos (Nota 17)						
Saldo em 1 de janeiro	(145.784)	-	(145.784)	(168.071)	-	(168.071)
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas (Nota 17)	(5.861)	-	(5.861)	(32.043)	-	(32.043)
Utilização	-	-	-	-	-	-
	(151.645)	-	(151.645)	(200.114)	-	(200.114)
Total de Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente líquidos de perdas por imparidade	615.676.411	87.849.200	703.525.611	638.706.104	87.849.200	726.555.304

A divisão por empresa dos montantes incluídos no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente é a seguinte:

	31 março 2016			31 março 2015		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Zopt	615.335.789	87.527.500	702.863.289	638.438.101	87.527.500	725.965.601
Unipress	492.226	321.700	813.926	467.529	321.700	789.229
SIRS	(151.594)	-	(151.594)	(143.912)	-	(143.912)
Ciber segurança	-	-	-	(56.203)	-	(56.203)
Big Data	(10)	-	(10)	589	-	589
Total	615.676.411	87.849.200	703.525.611	638.706.104	87.849.200	726.555.304

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros das entidades podem ser resumidos como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)							2016
Empresa	% Participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receita	Resultados operacionais	Resultado Líquido
ZOPT*	50%	4.461.859	1.985.761	2.476.097	370.303	27.084	19.482
Unipress	50%	2.999	2.015	984	769	242	72
SIRS	45%	364	700	(337)	233	(2)	(12)
Big Data	39%	2	4	(2)	-	(0)	(0)

* Contas consolidadas não auditadas das empresas do grupo Zopt, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas pela União Europeia. O valor dos capitais próprios inclui interesses sem controlo, sendo que a 31 de março de 2016 a capitalização bolsista da NOS ascende a 3.019 milhões de euros.

Durante o período findo em 31 de março de 2015, a empresa reconheceu o montante de 7.315.500 euros referente a dividendos a receber da Zopt SGPS, por contrapartida da rubrica de balanço "Outras dívidas de terceiros" (Nota 22).

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas para o setor das telecomunicações (Zopt), é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 4,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).



	Telecomunicações
Pressupostos	
Base da quantia recuperável	Valor de uso
Taxa de desconto	7,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,5%

Para os restantes sectores de negócio, a aferição de existência ou não de imparidade para os valores de goodwill, é determinada com base nas considerações apresentadas na Nota 8.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no período findo em 31 de março de 2016 e 2015. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

As demonstrações financeiras consolidadas da Zopt a 31 de março de 2016 e 2015 podem ser resumidas como se segue:

Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	março 2016	março 2015
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.192.582	1.199.858
Ativos intangíveis	2.384.620	2.397.571
Impostos diferidos ativos	132.938	151.180
Outros ativos não correntes	210.156	351.436
Ativo não corrente	3.920.296	4.100.045
Clientes	349.564	331.657
Caixa e equivalentes de caixa	13.288	19.392
Outros ativos correntes	178.711	148.772
Ativo corrente	541.563	499.821
Total do ativo	4.461.859	4.599.865
Passivo		
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	982.856	787.391
Provisões para outros riscos e encargos	185.527	183.802
Outros passivos não correntes	81.431	94.115
Passivos não correntes	1.249.814	1.065.308
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	159.549	341.491
Fornecedores	304.615	327.312
Outros passivos correntes	271.784	283.080
Passivos correntes	735.948	951.883
Total do passivo	1.985.762	2.017.191
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.243.716	1.287.443
Interesses sem controlo	1.232.381	1.295.230
Total do capital próprio	2.476.097	2.582.673
Total do capital próprio e do passivo	4.461.859	4.599.865

Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza:

(Montantes expressos em milhares de euros)	março 2016	março 2015
Receitas totais	370.303	344.075
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(153.477)	(147.018)
Depreciações e amortizações	(100.568)	(92.969)
Outros custos operacionais	(89.174)	(67.807)
	(343.219)	(307.794)
Resultados financeiros	(5.288)	(10.902)
Imposto sobre o rendimento	(2.314)	(5.043)
Resultado líquido consolidado do exercício	19.482	20.336
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a interesses sem controlo	9.755	10.143
Atribuível a acionistas da empresa mãe	9.727	10.193

O valor da demonstração de resultados da Zopt resulta do resultado líquido do exercício da NOS, do resultado líquido do exercício da Zopt e dos impactos em resultados do processo de alocação do justo valor aos ativos e passivos adquiridos pela Zopt.

As demonstrações financeiras consolidadas da ZOPT apresentam uma exposição significativa ao mercado africano, nomeadamente através de investimentos financeiros que aquele Grupo detém em associadas que operam nos mercados angolano e moçambicano, e que se dedicam à prestação de serviços de televisão por satélite e por fibra. O valor contabilístico dessas associadas nas demonstrações financeiras da ZOPT em 31 de março de 2016 ascende a, aproximadamente, 181,7 milhões de Euros, incluídos na rubrica “Outros ativos não correntes” acima referidos. As atuais condições económicas de incerteza daqueles mercados, nomeadamente no mercado cambial e limitação de transferência de divisas, nomeadamente em Angola, introduz um grau adicional de variabilidade aos pressupostos e poderá impactar significativamente as estimativas consideradas. O Grupo efetuou testes de imparidade para aqueles ativos, os quais se encontram expressos nas moedas daqueles países, Kwanzas e Meticais, respetivamente, considerando os planos de negócios aprovados para um período de cinco de anos, os quais contemplam taxas de crescimento médias de receitas para aquele período de 9,7% (Angola) e 5,7% (Moçambique), taxa de crescimento na perpetuidade de 8% e taxa de desconto (“wacc”) de 15% em ambos os países.

a) Provisões do Grupo Zopt

Os processos abaixo descritos encontram-se provisionado nas contas consolidadas da Zopt, atendendo ao grau de risco identificado.

1. Processos com entidades reguladoras

Em 8 de julho de 2009, a NOS SA (à data ZON TV Cabo) foi notificada pela AdC, no âmbito de um processo de contraordenação sobre a disponibilização dos canais TV CINES, solicitando que a NOS SA se pronunciasse sobre o teor da mesma, o que esta já fez em tempo. O processo encontra-se ainda em fase de inquérito na AdC, tendo sido solicitadas informações a que a NOS tem vindo a responder. Caso se venha a concluir pela existência de uma infração, poderá haver lugar a aplicação de uma coima que não poderá exceder os 10% do seu volume de negócios do último ano da infração. Em 2015 o grupo NOS foi notificado da decisão de arquivamento do processo por parte do Conselho da Autoridade da Concorrência, tendo sido revertida, nesse sentido, a provisão inicialmente registada no grupo ZOPT.

2. Ações da MEO contra a NOS Madeira e NOS Açores e da NOS SA contra a MEO

- A MEO (PT) intentou contra a NOS Madeira, um processo no valor de cerca de 1,6 milhões de euros, acrescido de juros, relativo a alegada utilização de condutas, prestação de MID, prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica. A NOS Madeira contestou a ação, nomeadamente quanto aos preços reclamados, aos serviços e à legitimidade da MEO quanto às condutas. Foi proferida sentença em final de julho de 2013 pelo Tribunal de 1ª instância, que, embora parcialmente procedente, aderiu largamente aos fundamentos invocados pela NOS Madeira. Dessa decisão recorreu a MEO para a Relação de Lisboa, a qual veio, em junho de 2015, a proferir acórdão de absolvição total da NOS Madeira do pedido relativo a MID e de confirmação da decisão da primeira instância quanto aos demais pedidos. Este acórdão ainda foi objeto de recurso da MEO para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual decidiu não conhecer parte do objeto do recurso interposto pela MEO e, quanto à parte restante do recurso (restrito ao serviço MID), julgou-o parcialmente procedente, condenando a NOS Madeira a pagar à MEO o valor de 160 milhares de euros, acrescido de juros de mora;



- Em 2011, a MEO (PT) intentou contra a NOS SA, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação por alegadas portabilidades indevidas da NOS SA no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS SA apresentou contestação e réplica, tendo-se iniciado prova pericial, que o Tribunal veio, entretanto, a julgar sem efeito. A audiência de discussão e julgamento em que será produzida a prova testemunhal encontra-se marcada para o final de abril e início de maio. Na eventualidade, contudo, da ação ser julgada totalmente procedente, as custas processuais, da responsabilidade da NOS podem ascender a mais de 500 milhares de euros.
- A MEO (PT) efetuou três notificações judiciais avulsas à NOS SA (abril de 2013, julho de 2015 e março de 2016), duas à NOS Açores (março e junho de 2013) e duas à NOS Madeira (março e junho de 2013), todas com vista a interromper a prescrição de danos alegadamente emergentes de pedidos de portabilidade indevida, da ausência de resposta em tempo a pedidos que lhes foram apresentados pela MEO e de pretensas recusas ilícitas de pedidos eletrónicos.
A MEO não indica em todas as notificações os montantes totais em que pretenda ser ressarcida, concretizando apenas parte desses, no caso da NOS SA, o valor de 26 milhões de euros (para o período de agosto de 2011 a maio de 2014), no caso da NOS Açores, o valor de 195 milhares de euros e da NOS Madeira, no valor de 817 milhares de euros.
- Em 2011, a NOS SA intentou contra a MEO (PT), no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 22,4 milhões de euros, por danos sofridos pela NOS SA, decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da PT, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela MEO no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011. O tribunal decretou oficiosamente a realização de prova pericial, que está atualmente em curso, já tendo sido notificado às partes o relatório pericial e apresentadas pelas partes as respetivas reclamações/pedidos de esclarecimento aos Senhores Peritos. Paralelamente, foram já indicados pelas partes os peritos que se ocuparão da perícia económico-financeira.
É entendimento do Conselho de Administração, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos substantivos, boas probabilidades de a NOS SA poder obter vencimento na ação, até pelo facto da MEO já ter sido condenada, pelos mesmos ilícitos, pela ANACOM, não sendo, contudo, possível determinar qual o desfecho da ação. Na eventualidade, contudo, da ação ser julgada totalmente improcedente, as custas processuais, da responsabilidade da NOS podem ascender a mais de 1.000 milhares de euros.

3. Ação contra a NOS SA

Em 2014, foi intentada ação judicial cível contra a NOS SA por uma empresa prestadora de serviços de comercialização de serviços NOS, que pede a condenação desta no pagamento de cerca de 1.243 mil euros, por alegada rescisão antecipada de contrato e a título de indemnização de clientela. O Tribunal de 1.ª instância proferiu despacho saneador absolvendo a NOS SGPS da instância, com fundamento em ilegitimidade passiva, do que a autora recorreu. O Tribunal da Relação de Lisboa admitiu o recurso, mas a autora reclamou do mesmo por sustentar que o seu recurso devia ser apreciado, não pelo Tribunal da Relação, mas pelo STJ. O STJ, chamado a pronunciar-se sobre o tema no início de março de 2016, considerou procedente a exceção de ilegitimidade passiva da NOS SGPS e absolveu-a da instância. Sobre a questão de fundo, é convicção do Conselho de Administração que os argumentos utilizados pela autora não eram procedentes, razão por que sempre acreditou do desfecho do processo não deveriam resultar impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.

4. CNPD

Processo de contraordenação no valor de cerca de 4,5 milhões de euros, instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) contra a NOS SA, por alegada violação de normas relacionadas com a proteção legal de dados. Logo durante a fase de projeto de decisão, a NOS SA alegou, por um lado, um conjunto de vícios processuais e, por outro, um conjunto de argumentos de facto e de direito que o Conselho de Administração entendia imporem uma decisão final de arquivamento do processo contraordenacional. Em 16 de janeiro de 2014, a NOS SA recebeu a Nota de Liquidação referente à coima aplicada pela CNPD, e impugnou judicialmente a coima. Em 8 de setembro de 2014, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão reduziu o valor da coima para 600 mil euros, tendo a NOS SA recorrido desta decisão. Decorrente destas decisões, a provisão inicial foi reduzida em 3,9 milhões de euros, afetando o resultado líquido do exercício de 2014. Em 5 de fevereiro de 2015, o Tribunal da Relação Lisboa em sede de recurso fixou a coima em 100 mil euros, decisão que transitou em julgado, tendo a NOS SA procedido ao respetivo pagamento em Abril de 2015 e reversão da provisão em 500 mil euros.

5. ANACOM

Processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela NOS SA, de uma deliberação da Anacom em 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa e que originou a aplicação de uma coima, no montante de cerca de 6,5 milhões de euros, à NOS SA, por deliberação do Conselho de Administração da Anacom, em abril de 2012. A NOS SA impugnou judicialmente a decisão e o tribunal declarou, em janeiro de 2014, a nulidade do processo (com fundamento em violação do direito de defesa da NOS SA). Já em abril de 2014, a ANACOM notificou a NOS SA de um novo processo de contraordenação, tendo por base as mesmas acusações, processo que constitui uma repetição da acusação inicialmente apresentada contra a NOS SA, e, em setembro do



mesmo ano, aplicou, com base nos mesmos factos, uma coima à NOS SA, novamente no montante de cerca de 6,5 milhões de euros. Esta decisão foi, por sua vez, impugnada judicialmente pela NOS SA, tendo em maio de 2015 sido proferida sentença absolutória, pelo Tribunal de 1ª Instância, que revogou integralmente a decisão condenatória da ANACOM e, bem assim, a coima que havia sido aplicada. A ANACOM interpôs, na sequência disso, recurso de sentença, encontrando-se presentemente o processo em fase de recurso no Tribunal da Relação de Lisboa.

6. Prestações acessórias

A Administração Tributária defende que a NOS SA violou o princípio da plena concorrência estatuído no nº 1 do artigo 58º do CIRC, ao ter efetuado em exercícios anteriores prestações acessórias em benefício da sua participada NOS Towering, sem ter sido remunerada de harmonia com uma taxa de juro de mercado. Em consequência foi notificada, relativamente aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007 de correções ao apuramento do lucro tributável no valor total de 20,5 milhões de euros. A NOS SA impugnou as decisões referentes a todos os exercícios. Relativamente ao exercício de 2007, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, tendo a empresa recorrido da decisão.

7. Cedência de créditos futuros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a NOS SA foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a NOS SA foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2013. Na base desta correção está o entendimento de que o acréscimo efetuado, em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18º do CIRC, logo, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesses anos para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A NOS SA impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e impugnará em devido tempo a decisão referente ao exercício de 2013. Relativamente ao exercício de 2008, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto já se pronunciou desfavoravelmente, em março de 2014, tendo a empresa interposto o competente recurso.

8. Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU), está prevista nos artigos 17º a 22º, da Lei nº 35/2012, de 23 de Agosto. Desde 1995 até Junho de 2014, a MEO SA (antiga PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo sido designada administrativamente pelo governo, isto é, escolhida sem recurso a procedimento concursal, o que configura uma ilegalidade (aliás, como reconhecido pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que através da sua decisão de junho de 2014 condenou o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros por designação ilegal da MEO). De acordo com o Artigo 18º da referida Lei nº 35/2012, os custos líquidos incorridos pelo operador responsável pelo serviço universal aprovados pela ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS está assim abrangida por esta contribuição extraordinária, sendo que a MEO tem vindo a solicitar o pagamento dos CSLU ao fundo de compensação dos vários períodos em que foi responsável pelo serviço. Com efeito, o fundo de compensação pode ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pela Anacom, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte, que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior.

Em 2013, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2007 a 2009, num montante total de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão impugnada pela Empresa. Em janeiro de 2015, foram emitidas as notas de liquidação no montante de 18,6 milhões de euros as quais foram devidamente impugnadas pela NOS e em relação às quais foi apresentada fiança pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal, fianças que foram aceites pela ANACOM.

Em 2014 a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2010 a 2011, num montante total de cerca de 47 milhões de euros, decisão também impugnada pela Empresa. Em fevereiro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação à Empresa no montante de 13 milhões de euros as quais serão impugnadas pela NOS e em relação às quais foi apresentada fiança pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal, fianças que foram aceites pela ANACOM.



Em 2015, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2012, num montante total de cerca de 26 milhões de euros, decisão também impugnada pela Empresa.

Neste mesmo ano de 2015, a ANACOM deliberou ainda aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2013, no mesmo montante de 20 milhões de euros, decisão entretanto já impugnada pela Empresa.

É expectável que a MEO venha a submeter à ANACOM os cálculos dos CLSU incorridos no período entre janeiro e junho de 2014.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que estas contribuições extraordinárias para o SU incorrido pelo prestador designado (e não selecionado por via concorrencial) violam de forma flagrante a Diretiva do Serviço Universal. Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no direito interno português. Por estas razões, a NOS continuará a impugnar judicialmente as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias que lhe venham a ser exigidas, sendo convicção do Conselho de Administração da NOS de que terão sucesso as impugnações efetuadas e a efetuar.

Independentemente da convicção do Conselho de Administração da NOS, foi atribuída, já em 2014, no período de alocação do Goodwill previsto pela IFRS 3, uma provisão para fazer face a esta situação, relativamente à eventual responsabilidade até à data da fusão.

b) Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt

9. Processos com entidades reguladoras

A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos da ANACOM de liquidação da Taxa Anual (anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas nos valores (i) de 1.861 milhares de euros, 3.808 milhares de euros, 6.049 milhares de euros, 6.283 milhares de euros, 7.270 milhares de euros, 7.426 milhares de euros e 7.253 milhares de euros; (ii) 29 milhares de euros, 60 milhares de euros, 95 milhares de euros, 95 milhares de euros, 104 milhares de euros, 107 milhares de euros e 98 milhares de euros (iii) 40 milhares de euros, 83 milhares de euros, 130 milhares de euros, 132 milhares de euros, 149 milhares de euros, 165 milhares de euros e 161 milhares de euros, respetivamente, tendo sido peticionada a restituição das quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Esta taxa corresponde a uma percentagem definida anualmente pelo ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores; o regime entra gradualmente em vigor: 1/3 no 1.º ano, 2/3 no 2.º ano e 100% no 3.º ano. As empresas NOS SA, NOS Açores e NOS Madeira argumentam, nomeadamente, além de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, sujeita à regulação do ANACOM podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas provenientes de conteúdos televisivos.

Em 18 de dezembro de 2012 foi proferida sentença no processo instaurado pela NOS SA referente à Taxa Anual de 2009, a qual julgou procedente a impugnação, tendo apenas apreciado o vício da falta de audiência prévia, condenando, ainda, a ANACOM a pagar juros, decisão contra a qual o ICP-Anacom apresentou recurso, ao qual, por decisão de julho de 2013, não foi dado provimento.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e/ou decisão.

10. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2015, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2013. Na sequência destas inspeções, a NOS SGPS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, bem como as empresas que não integraram o Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária em sede de IRC, do IVA e do Imposto de selo e dos pagamentos adicionais correspondentes. O valor total das notificações por liquidar, acrescido de juros e encargos, ascende a 22,7 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

No final do exercício de 2013 e aproveitando o regime extraordinário de regularização de dívidas fiscais, a empresa liquidou 7,7 milhões de euros. Este montante ficou registado como 'Imposto a recuperar' não corrente deduzido de provisão constituída no montante de 3,5 milhões de euros.



Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo NOS corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

11. Ações contra a SPORT TV

- A SPORT TV Portugal, SA foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no valor de 3.730 milhares de euros pela alegada prática da infração de abuso de posição dominante no mercado nacional de canais de acesso condicionado com conteúdos desportivos *premium*.

A SPORT TV não concorda com a decisão e por isso impugnou-a judicialmente, tendo nesse âmbito o Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, alterado a coima para 2.700 milhares de euros. A Sport TV apresentou, entretanto, recurso para o Tribunal da Relação que foi julgado improcedente, tendo a Sport TV recorrido desta decisão para o Tribunal Constitucional e, numa matéria específica, para o Supremo Tribunal de Justiça, recursos que estão pendentes.

- Ação intentada pela Cogeco Cable INC, antiga acionista da Cabovisão, contra a Sport TV, NOS SGPS e um terceiro, solicitando, entre outros: (i) a condenação solidariamente das Rés ao pagamento à Autora da indemnização pelos danos decorrentes dos comportamentos anticoncorrenciais, culposos e ilícitos, entre 3 de agosto de 2006 e 30 de março de 2011, especificamente pelo excesso de preço pago pela Cabovisão dos canais Sport TV, no valor de 9,1 milhões de euros; (ii) a condenação pelos danos correspondentes à remuneração de capital não disponível por força deste excesso de preço, no valor de 2,4 milhões de euros; e (iii) a condenação pelos danos decorrentes da perda de negócio resultante das práticas anticoncorrenciais da Sport TV, em termos a liquidar em execução da sentença. O Grupo NOS contestou a ação, aguardando julgamento.

É entendimento do Conselho de Administração do Grupo NOS, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que, designadamente por motivos de índole formais, não é provável que o Grupo seja diretamente responsabilizado neste processo.

- A Cabovisão intentou uma ação contra a Sport Tv, na qual pede a esta última uma indemnização por alegados prejuízos decorrentes de abuso de posição dominante, no montante de 18 milhões de euros, mais capital e juros que se vierem a vencer a partir de 31 de dezembro de 2014 e lucros cessantes. O Conselho de Administração da Sport Tv e os advogados que acompanham o processo preveem um desfecho favorável do mesmo, não se estimando impactos nas contas, para além dos que já se encontram registados.

12. Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a NOS e os seus clientes estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma indemnização.

Até 31 de dezembro de 2014, o rédito das penalidades, face às incertezas inerentes, apenas era reconhecido no momento do recebimento, sendo que a 31 de março de 2016, os valores a receber pela NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores destas indemnizações faturadas ascendia a um total de 108.246 milhares de euros. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2016 foram reconhecidos, como réditos, recebimentos no montante de 1.253 milhares de euros dos valores em aberto a 31 de dezembro de 2015.

A partir de 1 de janeiro de 2015, o rédito de penalidades passou a ser reconhecido em receita tendo em conta uma taxa de cobrabilidade estimada recorrendo ao histórico de cobranças do Grupo. As penalidades faturadas são registadas como conta a receber e os valores apurados de incobrabilidade destes montantes são registados como imparidade deduzindo à receita reconhecida a quando da faturação.

13. Tarifas de Interligação

Em 31 de março de 2016, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à NOS SA. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da MEO. Contudo, a MEO voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da MEO, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.



c) Outros Compromissos do Grupo Zopt

Em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou um contrato com a Sport Lisboa e Benfica – Futebol SAD e a Benfica TV, S.A. de direitos de transmissão televisiva de jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Benfica SAD para a Liga NOS, bem como dos direitos de transmissão e distribuição do Canal Benfica Tv. O contrato terá início na época desportiva 2016/2017 e uma duração inicial de 3 anos podendo ser renovado por decisão de qualquer das partes até perfazer um total de 10 épocas desportivas, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 400 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.

Também em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou um contrato com a Sporting Clube de Portugal – Futebol SAD e a Sporting Comunicação e Plataformas, S.A. para a cessão dos seguintes direitos:

- 1) Direito de transmissão televisiva e multimédia dos jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Sporting SAD;
- 2) Direito de exploração da publicidade estática e virtual do estádio José Alvalade;
- 3) Direito de transmissão e distribuição do Canal Sporting TV;
- 4) Direito de ser o seu Principal Patrocinador.

O contrato terá uma duração de 10 épocas no que se refere aos direitos indicados em 1) e 2), supra, com início em julho de 2018, de 12 épocas no caso dos direitos mencionados em 3) com início em julho de 2017 e 12 épocas e meia no caso dos direitos mencionados em 4) com início em janeiro de 2016, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 446 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.

Ainda em dezembro de 2015, o grupo NOS celebrou contratos de cessão de créditos de direitos de transmissão televisiva dos jogos em casa do Futebol Sénior com as seguintes sociedades desportivas:

- 1) Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda
- 2) Os Belenenses Sociedade Desportiva Futebol, SAD
- 3) Clube Desportivo Nacional Futebol, SAD
- 4) Futebol Clube de Arouca – Futebol, SDUQ, Lda
- 5) Futebol Clube de Paços de Ferreira, SDUQ, Lda
- 6) Marítimo da Madeira Futebol, SAD
- 7) Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD
- 8) Vitória Futebol Clube, SAD

Os contratos têm todos início na época desportiva 2019/2020 e uma duração de até 7 épocas desportivas, com exceção do contrato com o Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD o qual tem duração de 10 épocas.

É convicção do Conselho de Administração da Sonaecom que os processos acima descritos que possam resultar em contingências que afetem as contas do grupo ZOPT estão devidamente provisionados, atendendo ao grau de risco, nas contas consolidadas da Sonaecom.

9. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon SGPS o grupo Sonaecom passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados, uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS. Parte destas ações foram utilizadas no âmbito da Oferta Pública Geral e Voluntária de aquisição de ações próprias.



Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o periodo findo em 31 de março de 2016 e 2015 foram como segue:

					2016
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 20)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	79.796.807	-	(15.263.369)	-	64.533.438
Sonae SGPS	144.477	(146.683)	(36.671)	38.877	-
	79.941.284	(146.683)	(15.300.040)	38.877	64.533.438
Registado em ativos correntes (Nota 4)					64.533.438

* Planos de incentivo de médio prazo

					2015
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 20)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	57.661.618	-	16.573.860	-	74.235.478
Sonae SGPS	2.303.954	(450.640)	420.554	454.645	2.728.513
	59.965.572	(450.640)	16.994.414	454.645	76.963.991
Registado em ativos não correntes (Nota 4)					1.069.775
Registado em ativos correntes (Nota 4)					75.894.216

* Planos de incentivo de médio prazo

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 20), com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica 'Outros custos operacionais' e 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

As diminuições a 31 de março de 2016 e de 2015 do investimento em ações Sonae SGPS correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no período findo em 31 de março de 2016 e 2015, respetivamente.



A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

2016	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	-
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1**	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	5,860	1,059
Justo valor	64.533.438	-

* Utilizada a cotação de 31 de março de 2016 no apuramento do justo valor.

** Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo.

2015	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	1.926.916
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1**	
Método de valorização	Preço cotado em bolsa	
Preço cotado*	6,741	1,416
Justo valor	74.235.478	2.728.513

* Utilizada a cotação de 31 de março de 2015 no apuramento do justo valor.

** Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo.

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2016	2015
Lusa - Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros		10.710	10.710
Perdas por imparidade		(122.275)	(100.000)
		90.779	113.054

Em 31 de março de 2016, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado Líquido
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ⁽¹⁾	11.361	3.017	403	14.832	495	(6)
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL ⁽¹⁾	253	4	-	46	(2)	(3)

⁽¹⁾ Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2015.

11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 31 de março de 2016 e 2015, no montante de 7.213.478 euros e 6.604.112 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, benefícios fiscais, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 foi como segue:

					2016
	Saldo em 31 dezembro 2015	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Saldo em 31 março 2016
Prejuízos fiscais	3.502.971	458.854	(6.066)	334.657	4.290.416
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.478.049	(187.890)	-	(10.962)	1.279.197
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	1.083.280	211.171	-	427.460	1.721.911
Efeito em resultados (Nota 21)	6.064.300	482.135	(6.066)	751.155	7.291.524
Outros	34.075	(112.121)	-	-	(78.046)
Saldo final	6.098.375	370.014	(6.066)	751.155	7.213.478

					2015
	Saldo em 31 dezembro 2014	Movimentos nos Impostos Diferidos do período	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Saldo em 31 março 2015
Prejuízos fiscais	2.397.494	61.226	(105.360)	-	2.353.360
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.726.512	(70.056)	-	(39.572)	1.616.884
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	1.178.811	-	-	(216.620)	962.191
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	1.745.300	(63.083)	-	-	1.682.217
Efeito em resultados (Nota 21)	7.048.117	(71.913)	(105.360)	(256.192)	6.614.652
Unidades descontinuadas	(169.548)	-	-	-	(169.548)
Outros	(41.339)	200.347	-	-	159.008
Saldo final	6.837.230	128.434	(105.360)	(256.192)	6.604.112

Em 31 de março de 2016 e 2015, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 7.

Em 31 de março de 2016 e 2015, a taxa de imposto a utilizar nas empresas portuguesas para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 21%. No caso das diferenças temporárias com origem em empresas portuguesas, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada em 2015 e 2016 foi de 22,5%. Não foi considerada derrama estadual por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.



De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de março de 2016, por situação geradora, era como segue:

												2016
Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Digitmarket	We Do Brasil	We Do USA	SSI Espanha	We Do Mexico	Saphety Brasil	S21 Sec Gestion	S21 Sec Labs	S21 Sec SA CV	Total	Total Grupo Sonaecom
Prejuízos fiscais reportáveis:												
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	-	26.499	-	-	-	-	26.499	26.499
A serem utilizados até 2022	-	-	-	-	-	26.517	-	-	-	204.702	231.219	231.219
A serem utilizados até 2023	-	-	-	-	-	183.770	-	-	-	75.051	258.821	258.821
A serem utilizados até 2025	-	-	-	-	-	70.527	-	-	-	54.904	125.431	125.431
A serem utilizados até 2026	-	-	-	-	-	40.973	-	-	-	-	40.973	40.973
A serem utilizados até 2027	-	-	-	-	-	-	-	-	45.833	-	45.833	45.833
A serem utilizados até 2028	-	-	-	-	-	-	-	612.877	12.017	-	624.894	624.894
A serem utilizados até 2029	-	-	-	-	-	-	-	253.352	-	-	253.352	253.352
A serem utilizados até 2030	-	-	-	163.112	-	-	-	-	-	-	163.112	163.112
A serem utilizados até 2033	-	-	-	123.413	-	-	-	-	-	-	123.413	123.413
A serem utilizados até 2034	-	-	-	736.686	-	-	-	-	-	-	736.686	736.686
A serem utilizados até 2035	-	-	-	1.065.764	-	-	-	-	-	-	1.065.764	1.065.764
A serem utilizados até 2036	-	-	-	417.881	-	-	-	-	-	-	417.881	417.881
Sem limite de utilização	-	-	-	-	176.538	-	-	-	-	-	176.538	176.538
Prejuízos fiscais	-	-	-	2.506.856	176.538	348.286	-	866.229	57.850	334.657	4.290.416	4.290.416
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	683.182	106	212.259	199.812	-	176.681	7.157	-	-	-	596.015	1.279.197
Benefícios Fiscais (SIFIDE, RFAI e CFEI)	1.653.392	47.502	-	21.017	-	-	-	-	-	-	68.519	1.721.911
Outros	-	-	(61.956)	14.369	-	(28.961)	(1.498)	-	-	-	(78.046)	(78.046)
Total	2.336.574	47.608	150.303	2.742.054	176.538	496.006	5.659	866.229	57.850	334.657	4.876.904	7.213.478

O grupo Sonaecom foi abrangido, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, em que o imposto corrente era calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo, contudo, em 2015, o grupo Sonaecom deixou de ter um grupo autónomo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação em virtude de ter passado a integrar o regime especial de tributação de grupos de sociedades da Sonae SGPS.

Desta forma, a Sonaecom encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2015. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos. As afiliadas digitmarket e saphety não integram o RETGS da Sonae, SGPS. A Saphety não se encontra abrangida por esse regime uma vez que a participação indireta da Sonae SGPS em mais de 75% ainda não havia completado mais de um ano na data de início da aplicação do regime. A Digitmarket não integrou este grupo especial de tributação, uma vez que a participação indireta da Sonae SGPS na empresa é inferior a 75%.

Em 31 de março de 2016 e 2015, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2016	2014
Prejuízos fiscais	7.850.576	8.743.145
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	32.133.027	30.435.191
Outros	12.525.184	677.935
Total	52.508.787	39.856.271



Em 31 de março de 2016 e 2015, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2015	2014
2015	-	1.206.773
2016	269.298	269.298
2017	150.913	183.243
2018	274.441	252.091
2019	361.147	372.923
2020	144.714	141.011
2021	91.422	86.539
2022	107.999	361.200
2023	10.424	99.785
2024	82.974	6.280
2025	293.511	123.915
2026	825.581	332.746
2027	284.227	229.243
2028	63.421	183.642
2029	878.680	1.154.359
2030	769.480	452.037
2031	409.692	89.045
2032	-	54.390
Sem limite de utilização	2.832.652	3.134.516
	<u>7.850.576</u>	<u>8.743.145</u>

Os anos de 2029 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 12 anos.

Em 31 de março de 2016 e 2015 não existem passivos por impostos diferidos registados.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 é como segue:

	2016	2015
Resultado antes de imposto	(13.881.802)	21.818.991
Imposto (taxa 21%)	2.915.178	(4.581.988)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma, derrama e outros ajustamentos contabilísticos não aceites fiscalmente	(2.668.525)	3.723.333
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores e benefícios fiscais	751.155	256.192
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	20.359	205.675
Diferenças temporárias do período sem registo de impostos diferidos ativos	118.757	(713.581)
Impostos registados no período (Nota 21)	<u>1.136.924</u>	<u>(1.110.369)</u>

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 21% em 2015 e 2016 por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2013 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2016.



12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2016	2015
Numerário	26.905	26.205
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	79.588.449	11.854.995
Aplicações de tesouraria	93.066.774	168.300.609
Caixa e equivalentes de caixa	172.682.128	180.181.809
Descobertos bancários (Nota 15)	(31.065)	(98.388)
	172.651.063	180.083.421

Em 31 de março de 2016 e 2015, a rubrica 'Aplicações de tesouraria' correspondia exclusivamente a aplicações bancárias.

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de março de 2016, venceram juros a uma taxa média de 0,812% (0,27% em 2015) estando distribuídas, aquela data, por 6 instituições financeiras.

13. Capital social

Em 31 de março de 2016 e 2015, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 ações, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74 euros.

Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2016		2015	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	62,33%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	81.022.964	26,02%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	30.682.940	9,86%
Ações próprias (Nota 14)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,79%
	311.340.037	100,00%	311.340.037	100,00%

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Ações próprias

Durante o período findo em 31 de março de 2016, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,380 euros.

15. Empréstimos

Em 31 de março de 2016 e 2015, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2016	2015
S21GES	Empréstimo bancário	1.229.223	jul-21	Parcelar	-	1.229.223
S21GES	Empréstimo bancário	600.919	jul-21	Parcelar	-	600.919
S21GES	Empréstimo bancário	573.839	jul-21	Parcelar	-	573.839
S21GES	Empréstimo bancário	547.000	jul-21	Parcelar	-	547.000
S21GES	Empréstimo bancário	309.000	jul-21	Parcelar	-	309.000
S21GES	Empréstimo bancário	296.000	jul-21	Parcelar	-	296.000
S21GES	Empréstimo bancário	192.000	jul-21	Parcelar	-	192.000
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	jun-24	Parcelar	1.698.470	2.046.893
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	jun-25	Parcelar	2.384.090	1.701.292
Lookwise*	Subsídios reembolsáveis	-	dez-25	Parcelar	-	1.215.945
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	451.322	451.322
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(152.924)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	5.272	31.871
					4.539.154	9.042.380
					4.539.154	9.042.380

(*) Em novembro 2015 ocorreu a fusão por absorção da empresa Lookwise na S21 Sec Gestion. Esta operação teve efeitos retroactivos a 1 de janeiro de 2015.

Entre o final do mês de janeiro e início do mês de fevereiro, a S21 SEC Gestion procedeu ao reembolso antecipado da totalidade dos empréstimos de médio e longo prazo, no montante de 3,75 milhões de euros cujo vencimento ocorreria em Julho de 2021.

A taxa de juro média destes empréstimos em 31 de março de 2015 foi de 3,01%.

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2016	2015
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	jul-16	-	-	199.912
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-16	-	-	150.000
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	jul-16	-	-	112.287
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	jul-16	-	-	100.000
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	500.000	jul-16	-	-	-
S21 Sec Gestion	Factoring	1.135.000	jul-16	-	-	151.390
S21 Sec Labs	Subsídios reembolsáveis	-	jun-16	-	378.473	160.838
Lookwise*	Subsídios reembolsáveis	-	jun-16	-	-	179.164
S21 Sec Gestion	Subsídios reembolsáveis	-	jun-16	-	604.576	156.417
Diversas	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	31.065	98.388
Diversas	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	17.073	-
					1.031.187	1.308.396
					1.031.187	1.308.396

(*) Em novembro 2015 ocorreu a fusão por absorção da empresa Lookwise na S21 Sec Gestion. Esta operação teve efeitos retroactivos a 1 de janeiro de 2015.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe de uma linha de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de conta corrente e autorização de descoberto em conta, no montante de 1 milhão de euros.



Entre o final do mês de janeiro e início do mês de fevereiro, a S21 SEC Gestion procedeu ao reembolso e cancelamento das suas contas correntes caucionadas, cujo limites máximos disponíveis ascendiam a 1,3 milhões de euros. Na data de reembolso os montantes utilizados ascendiam a 1,1 milhões de euros.

Todas as linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídas em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Subsídios reembolsáveis

Em 31 de março de 2016 o Grupo tinha subsídios reembolsáveis obtidos de entidades dependentes do Governo de Navarra, CDTI e 'Ministerio de Ciencia y Tecnología'. Estes subsídios são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e apresentam o seguinte plano de reembolso:

	2016
2016	629.958
2017	1.174.795
2018	1.158.696
2019	762.697
2020 e seguintes	1.339.463
	<u>5.065.609</u>

Estes subsídios vencem juros a taxas compreendidas entre os 0% e os 4%.

Outros

Em 31 de março de 2015, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos classificados em médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses	Entre 60 e 72 meses
2015						
Outros empréstimos S21GES:						
Amortização	-	-	185.913	874.779	865.083	1.822.129
Juros	132.095	121.809	154.703	145.670	102.314	72.712
	<u>132.095</u>	<u>121.809</u>	<u>340.616</u>	<u>1.020.449</u>	<u>967.397</u>	<u>1.894.841</u>

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.



Em 31 de março de 2016 e 2015, as linhas de crédito bancário disponíveis pelo grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2016						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
		1.000.000	-	1.000.000		
2015						
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	200.000	199.912	88	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	150.000	-	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	150.000	112.287	37.713	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	125.457	-	125.457		x
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	100.000	100.000	-	x	
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	30.191	-	30.191		x
S21 Sec Gestion	Conta corrente caucionada	1.229.223	1.229.223	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	600.919	600.919	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	573.839	573.839	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	547.000	547.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	309.000	309.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	296.000	296.000	-		x
S21 Sec Gestion	Empréstimo bancário	192.000	192.000	-		x
Others	Empréstimo bancário	-	151.390	-	x	
		5.503.629	4.461.570	1.193.449		

Em 31 de março de 2016 e 2015 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de *leasing* cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 666.555 euros e 491.436 euros, respetivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de março de 2016 e 2015 era o seguinte:

	2016		2015	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2015	-	-	252,154	223,741
2016	427,961	375,571	300,274	277,974
2017	461,549	436,876	275,355	266,687
2018	241,167	232,821	16,970	17,114
2019 e seguintes	109,946	108,030	-	-
	1,240,623	1,153,298	844,753	785,516
Juros	(87,325)	-	(59,717)	-
	1,153,298	1,153,298	785,036	785,516
Parcela curto prazo (Nota 18)	-	(486,743)	-	(294,080)
	1,153,298	666,555	785,036	491,436



17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Reforço	Redução	Utilização e Transferências	Saldo final
2016					
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	2.719.864	2.614	-	(10.401)	2.712.077
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	35.000	-	-	-	35.000
Provisões para outros riscos e encargos	4.292.553	364.474	(66.770)	(1.570.463)	3.019.794
	7.047.417	367.088	(66.770)	(1.580.864)	5.766.871
2015					
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	3.814.053	98.844	(99.265)	(45.286)	3.768.346
Perdas por imparidade acumuladas em inventários	25.000	-	-	-	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	2.579.321	267.984	(23.900)	(2.582)	2.820.823
	6.418.374	366.828	(123.165)	(47.868)	6.614.169

Os valores de reforços e reduções das Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber e das Provisões para outros riscos e encargos em 31 de março de 2016 e 2015 podem ser detalhados como se segue:

	2016		2015	
	Reforço	Redução	Reforço	Redução
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber				
Registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções)	2.614	-	98.844	(99.265)
Total reforços/(reduções) de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber	2.614	-	98.844	(99.265)
Provisões para outros riscos e encargos				
Registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21)	276.211	(46.934)	129.416	(23.900)
Registado por contrapartida de 'Ativos fixos tangíveis' respeitante à provisão para desmantelamento e abandono de escritórios líquido do valor registado em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão para desmantelamento, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c))	439	-	424	-
Registado, na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	7.576	(1.715)	32.043	-
Registado em reservas relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Registado, na demonstração de resultados, em 'Custos com o pessoal', relativo a provisões para indemnizações por despedimento	12.000	(18.121)	-	-
Outros aumentos e reversões - registadas na linha de 'Provisões e perdas por imparidade'	68.248	-	106.101	-
Total reforços/(reduções) de provisões para outros riscos e encargos	364.474	(66.770)	267.984	(23.900)
Total registado na Demonstração de resultados na linha de 'Provisões e perdas por imparidade' (reforços) e em 'Outros proveitos operacionais' (reduções)	70.862	-	204.945	(99.265)



A 31 de março de 2016 e 2015, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2016	2015
Contingências diversas	1.865.473	1.923.808
Processos judiciais em curso	120.552	120.197
Desmantelamentos	50.629	48.920
Outras responsabilidades	983.140	727.898
	<u>3.019.794</u>	<u>2.820.823</u>

A 31 de março de 2016 e 2015, o valor das provisões para desmantelamentos encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 – ‘Provisões, Passivos e Ativos Contingentes’.

A rubrica de ‘Contingências diversas’ diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outras responsabilidades, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

Na rubrica de “Outras responsabilidades” estão incluídas provisões para reestruturação no valor de 463.540 euros associado a indemnizações por despedimentos a ocorrer durante 2016.

18. Outros passivos financeiros

Em 31 de março de 2016, a rubrica ‘Outros passivos financeiros’ inclui o montante de 486.743 euros (294.080 euros em 2015) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de *leasing* (Nota 16).

19. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de março de 2016 e 2015, a rubrica ‘Fornecimentos e serviços externos’ apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Subcontratos	4.738.622	4.792.084
Trabalhos especializados	1.429.502	1.544.273
Rendas e alugueres	1.251.653	1.326.371
Deslocações e estadas	1.133.492	1.215.111
Publicidade e propaganda	757.315	605.749
Honorários	318.406	309.322
Comunicação	291.432	318.866
Eletricidade	92.047	93.185
Comissões	46.520	207.676
Conservação e reparação	36.678	83.956
Outros	405.200	452.508
	<u>10.500.867</u>	<u>10.949.101</u>



Os compromissos assumidos em 31 de março de 2016 e 2015 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2016	2015
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2015	-	3.370.005
2016	3.061.377	3.061.377
2017	2.357.858	2.357.858
2018	1.867.792	1.867.792
2019 e seguintes	1.240.921	1.240.921
Renováveis por 1 ano	957.982	957.394
	9.485.930	12.855.347

Durante o exercício findo em 31 de março de 2016 foram reconhecidos 1.165.941 euros (1.165.798 euros em 31 de março de 2015) na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, registados essencialmente na rubrica 'Rendas e alugueres'.

20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2016	2015
Resultados financeiros relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente:		
Ganhos e perdas relacionadas com a aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 8)	4.887.603	5.066.618
	4.887.603	5.066.618
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos relativos a Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	(15.300.040)	16.994.414
	(15.300.040)	16.994.414
Custos financeiros:		
Juros suportados:	48.907	(155.102)
Empréstimos bancários	(66.336)	(126.543)
Juros de leasing	(13.316)	(12.658)
Outros juros	128.559	(15.901)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.501.337)	(262.857)
Outros custos financeiros	(295.176)	(58.803)
	(1.747.606)	(476.762)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	308.539	124.352
Diferenças de câmbio favoráveis	797.580	861.772
Outros proveitos financeiros	65.104	-
	1.171.223	986.124

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria.

21. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2016	2015
Imposto corrente	138.977	(571.388)
Provisão para impostos líquida da redução (Nota 17)	(229.277)	(105.516)
Imposto diferido ativo (Nota 11)	1.227.224	(433.465)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	-	-
	1.136.924	(1.110.369)

22. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, foram os seguintes:

	Saldos em 31 de março de 2016		
	Contas a receber	Contas a pagar	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	360.379	-	(34.513)
Outras partes relacionadas			
Zopt SGPS	13.869	-	-
NOS SGPS	-	-	452.604
NOS Comunicações	363.648	108.420	846.133
NOS Technology *	1.886.386	(116)	(3.544.090)
NOS Sistemas	8.644	228.120	21.808
Modelo Continente Hipermercados	315.250	108.356	9.675
Raso Viagens e Turismo	10.247	235.287	23.623
SC-Sociedade de Consultadoria	113.937	-	(137.617)
Sierra Portugal	69.288	(509)	160.511
Sonae Indústria PCDM	23.135	-	-
Sonaecenter II	682.568	272.337	(1.554.682)
Worten	29.634	-	-
Unipress	46.125	530.965	(16.541)
	3.923.110	1.482.860	(3.773.089)

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2015.



	Saldos em 31 de março de 2015		
	Contas a receber	Contas a pagar	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe			
Sonae SGPS	(871)	58.025	(10.456)
Outras partes relacionadas			
Zopt SGPS	7.315.500	-	-
NOS Technology *	-	6.396	(398.196)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	369.854	370.923	1.755
NOS Comunicações	-	-	(78.387)
Raso Viagens	7.644	320.380	4.687
SC-Sociedade de Consultadoria	373.715	-	(139.895)
Sonae Indústria PCDM	164.485	-	-
Sonaecenter II	2.080.475	181.425	(1.025.170)
Worten	41.117	(1.485)	-
NOS SGPS	25.177	106.433	-
	<u>10.377.096</u>	<u>1.042.097</u>	<u>(1.645.662)</u>

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2015.

	Transações durante o período findo em 31 de março de 2016			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	2.187	-	269.115	(26)
Outras partes relacionadas				
ZOPT	-	-	6.842	-
NOS Comunicações	450.007	190.713	-	-
NOS Technology *	1.762.078	-	-	-
NOS Sistemas S.A.	42.762	141.774	-	-
MDS	520	2.934	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	209.480	4.228	-	-
Raso Viagens	5.953	402.490	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	175.370	-	-	-
Sierra Portugal	402.666	4.152	-	-
Sonae Indústria PCDM	12.010	-	-	-
Sonaecenter II	1.492.588	217.564	-	-
Unipress	-	121.400	-	37.500
Worten	34.423	-	-	-
	<u>4.590.044</u>	<u>1.085.255</u>	<u>275.957</u>	<u>37.474</u>

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2015.

Transações durante o período findo em 31 de março de 2015

	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	1	-	6	-
Outras partes relacionadas				
Unipress	-	129.909	-	37.500
NOS Technology *	1.765.740	-	-	-
MDS	-	1.815	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	203.764	(284.787)	-	124.668
NOS Comunicações	365.377	140.733	-	16.825
Raso Viagens	1.780	369.263	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	256.867	-	-	-
Sonae Indústria PCDM	132.310	-	-	-
Sonaecenter II	4.198.307	92.178	-	-
	6.924.146	449.111	6	178.993

* Esta empresa alterou a sua denominação social de Be Artis para NOS Technology em 2015.

Durante o período findo em 31 de março de 2015, a empresa reconheceu o montante de 7.315.500 euros referente a dividendos a receber da Zopt SGPS (Nota 8).

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

23. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de março de 2016 e 2015, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2016	2015
WeDo, WeDo Egypt, S21 Sec Gestion e Saphety	Emirates Telecom. Corp.; Viva Bahrain; Zain Jordan; TT dotCom Snd Bhd; Empresa de Telecomunicaciones; Sociedad Estatal de Correos y Telegrafos; Oman Telecommunications; Etisalat; Etisalat UAE; Renfe Operadora; Instituto Nacional de Ciberseguridad; Etihad Etisalat Company; Tunisie Telecom; Asiacell Communications; Omani Qatari Telecommunic; Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e Administrador de Infraestructuras Ferroviarias	Boa execução de trabalhos a realizar	869.587	1.479.550
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolsos de IVA	-	1.435.379
S21 Sec Gestion e S21 Sec Labs	Centro para Desarrollo Tecnolo; Ministerio de Indústria; Ingenieria de sistemas para la Defensa de España, S.A. e ICT	Incentivos	1.007.887	1.311.276
WeDo e Saphety	IAPMEI	Projetos QREN	-	334.299
Sonaecom e Público	Direção de Contribuições e Impostos e Autoridade Tributária e Aduaneira	Liquidações adicionais de IRC, IS, IVA	240.622	240.622
Várias	Outros		733.309	560.253
			2.851.405	5.361.379



Adicionalmente a estas garantias foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 24.499.393 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora do Público até ao montante de 565.026 euros.

Em 31 de março de 2016, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

24. Informação por segmentos

Atendendo à descontinuação da atividade das Telecomunicações (Nota 8), nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).

O segmento denominado '**Atividades de Holding**' engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e *fees* de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de março de 2016 e 2015, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Multimédia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Sub-Total		Eliminações e outros		Total	
	mar-16	mar-15	mar-16	mar-15	mar-16	mar-15	mar-16	mar-15	mar-16	mar-15	mar-16	mar-15
Proveitos:												
Vendas e Prestações de serviços	3.291.864	3.699.831	26.558.608	28.328.320	71.100	96.460	29.921.572	32.124.611	(133.312)	(160.144)	29.788.260	31.964.467
Redução de provisões	-	421	-	-	-	-	-	421	-	-	-	421
Outros proveitos operacionais	58.288	74.571	250.612	385.015	103.915	46.884	412.815	506.470	(16.533)	(28.834)	396.282	477.636
Total de proveitos	3.350.152	3.774.823	26.809.220	28.713.335	175.015	143.344	30.334.387	32.631.502	(149.845)	(188.978)	30.184.542	32.442.524
Amortizações e depreciações	(175.232)	(133.754)	(1.885.578)	(1.730.384)	(3.400)	(3.826)	(2.064.210)	(1.867.964)	(376.680)	(19.882)	(2.440.890)	(1.887.846)
Provisões e perdas de imparidade	-	-	(70.862)	(158.876)	-	(46.490)	(70.862)	(205.366)	-	-	(70.862)	(205.366)
Resultado operacional do segmento	(908.257)	(820.778)	(1.683.216)	367.726	(370.442)	(345.598)	(2.961.915)	(798.650)	68.933	47.247	(2.892.982)	(751.403)
Juros obtidos	57	54	23.175	18.108	469.791	382.341	493.023	400.503	(184.484)	(276.152)	308.539	124.351
Juros suportados	(55.037)	(98.220)	(321.484)	(290.408)	7.052	(33.664)	(369.469)	(422.292)	174.574	267.190	(194.895)	(155.102)
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	(15.300.040)	16.994.414	(15.300.040)	16.994.414	-	-	(15.300.040)	16.994.414
Ganhos e perdas em associadas	24.166	(4.320)	(53)	(25.666)	4.863.490	5.096.605	4.887.603	5.066.619	-	(1)	4.887.603	5.066.618
Outros resultados financeiros	(1.138)	(316)	(823.558)	573.858	(2.815.123)	(958.180)	(3.639.819)	(384.638)	2.949.792	924.751	(690.027)	540.113
Impostos sobre o rendimento	194.962	182.044	962.781	(1.225.581)	(609)	(63.193)	1.157.134	(1.106.730)	(20.210)	(3.639)	1.136.924	(1.110.369)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas	(745.247)	(741.536)	(1.842.355)	(581.963)	(13.145.883)	21.072.725	(15.733.485)	19.749.226	2.988.607	959.396	(12.744.878)	20.708.622
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atribuível a:												
Acionistas da empresa mãe	(745.247)	(741.536)	(1.495.600)	(9.891)	(13.145.883)	21.072.725	(15.386.730)	20.321.298	2.999.846	964.733	(12.386.884)	21.286.031
Interesses sem controlo	-	-	(346.755)	(572.072)	-	-	(346.755)	(572.072)	(11.239)	(5.337)	(357.994)	(577.409)
Ativos:												
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	4.844.015	7.517.828	77.104.838	77.863.498	25.708	38.981	81.974.561	85.420.307	(27.276.892)	(27.505.047)	54.697.669	57.915.260
Inventários	204.361	269.783	195.750	1.388.005	-	-	400.111	1.657.788	-	-	400.111	1.657.788
Investimentos financeiros	851.661	923.794	7.885	10.908	636.803.940	663.348.783	637.663.486	664.283.485	66.104.549	63.654.762	703.768.035	727.938.247
Outros ativos não correntes	3.570	3.570	7.508.238	6.894.634	171.256.642	167.991.642	178.768.450	174.889.846	(171.267.298)	(167.967.464)	7.501.152	6.922.382
Outros ativos correntes do segmento	5.425.909	5.654.654	54.251.868	56.633.567	245.081.467	269.834.877	304.759.244	332.123.098	(10.731.205)	(6.676.682)	294.028.039	325.446.416
Passivos:												
Passivos do segmento	14.573.905	15.628.056	79.403.289	78.130.999	1.998.749	5.981.456	95.975.943	99.740.511	(35.153.898)	(27.142.284)	60.822.045	72.598.227
CAPEX	68.516	118.178	1.766.677	1.637.173	224	(2)	1.835.417	1.755.349	6.735.471	40.303	8.570.888	1.795.652



Durante os exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding
2016			
Multimédia	-	26.610	-
Sistemas de Informação	-	-	71.100
Atividades de Holding	-	15.515	-
Clientes externos	3.291.864	26.516.483	-
	3.291.864	26.558.608	71.100
2015 (reexpresso - Nota 1)			
Multimédia	-	36.493	-
Sistemas de Informação	-	-	80.593
Atividades de Holding	-	14.189	-
Clientes externos	3.699.831	28.277.638	15.867
	3.699.831	28.328.320	96.460

Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, as vendas e prestações de serviços dos segmentos de Multimédia e Atividades de Holding foram obtidas predominantemente no mercado português, representando este mercado mais de 100% do rédito.

Durante o período findo em 31 de março de 2016, para o segmento Sistemas de Informação, também o mercado português é preponderante, representando 47% do rédito (37,8% em 2015) seguido dos mercados espanhol representando 11% do rédito (17,9% em 2015), respetivamente.



As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 31 de março de 2016 e 2015, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Notas 8), podem ser resumidas como se segue:

Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	março 2016	março 2015
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.142.009	1.143.425
Ativos intangíveis	1.179.726	1.168.467
Impostos diferidos ativos	120.652	136.660
Outros ativos não correntes	17.281	48.227
Ativo não corrente	2.459.668	2.496.779
Clientes	349.564	331.663
Caixa e equivalentes de caixa	1.796	10.802
Outros ativos correntes	169.667	141.004
Ativo corrente	521.027	483.469
Total do ativo	2.980.695	2.980.248
Passivo		
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	982.919	782.860
Provisões para outros riscos e encargos	140.585	131.845
Outros passivos não correntes	41.050	48.555
Passivos não correntes	1.164.554	963.260
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	159.297	339.250
Fornecedores	304.613	327.253
Outros passivos correntes	271.402	267.377
Passivos correntes	735.312	933.880
Total do passivo	1.899.866	1.897.140
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.071.370	1.073.325
Interesses sem controlo	9.459	9.783
Total do capital próprio	1.080.829	1.083.108
Total do capital próprio e do passivo	2.980.695	2.980.248

Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza

(Montantes expressos em milhares de euros)	março 2016	março 2015
Receitas totais	370.303	344.075
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(153.498)	(147.038)
Depreciações e amortizações	(95.293)	(87.694)
Outros custos operacionais	(87.726)	(67.868)
	(336.517)	(302.600)
Resultados financeiros	(5.364)	(11.800)
Imposto sobre o rendimento	(3.968)	(6.455)
Resultado líquido consolidado do exercício	24.454	23.220
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a interesses sem controlo	38	(23)
Atribuível a acionistas da empresa mãe	24.416	23.243

25. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao grupo (-12.386.884 euros em 2016 e 21.286.031 euros em 2015) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, deduzidas das ações próprias (305.769.023 em 2016 e 2015).

26. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A., tendo a 10 de março de 2014 os planos da Sonaecom sido convertidos para ações Sonae. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

O plano 2011 foi entregue em março de 2015 para todas as empresas exceto para os colaboradores da Sonaecom SGPS, S.A., cuja entrega foi efetuada em maio de 2015.

O plano de 2012 foi entregue em março de 2016 para todas as empresas.

Desta forma, os planos em aberto a 31 de março de 2016 são os seguintes:

	Período de Diferimento			31 março 2016	
	Cotação 31 março 2016	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonae SGPS					
Plano 2013	1,059	10-mar-14	10-mar-17	179	1.652.090
Plano 2014	1,059	10-abr-15	10-abr-18	191	1.555.808
Plano 2015	1,059	10-mar-16	10-mar-19	191	1.555.808

Todos os planos incluem colaboradores do Grupo Wedo, na sequência da adoção por estas empresas do mesmo sistema de incentivos de médio prazo que o restante grupo a partir de 2013.

Durante o período findo em 31 de março de 2016, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2015:		
Ainda diferidas	402	4.042.703
Total	402	4.042.703
Movimentos no período:		
Atribuídas	191	1.555.808
Vencidas	(23)	(813.157)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾	(9)	(21.648)
Saldo a 31 março 2016:		
Ainda diferidas	561	4.763.706
Total	561	4.763.706

(1)As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade dos planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.



Para os planos de ações Sonae SGPS, exceto para os planos convertidos de ações Sonaecom, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Os contratos de cobertura acima referidos foram utilizados para cobrir a entrega do plano de 2011 e do plano de 2012. Desta forma no período findo a 31 de março de 2016 não existem contratos de cobertura em aberto.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos para os planos em aberto e para o plano entregue no período findo em 31 de março de 2016 são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.139.617
Custos reconhecidos no período	403.547
Custos dos planos exercidos no período	(813.651)
Total de custos dos Planos	1.729.513
Registados em 'Outros passivos correntes	1.154.226
Registados em 'Outros passivos não correntes	575.287

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 6 de maio de 2016.



Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier Marcelo Faria de Lima Christine Cross	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo José Manuel Neves Adelino Tsega Gebreyes Andrew Eustace Clavering Campbell

Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
3shoppings - Holding, SGPS, SA ACCIVE Insurance Cons. e Franchising,Lda Accive Insurance-Corretor de Seguros, SA ADD Avaliações Eng.Aval.e Perícias, Ltda Adlands BV Aduanas Caspe, S.L.U. Aegean Park, SA Agepan Eiweiler Management GmbH Agloma Investimentos, Sgps, S.A. ALEXA Administration GmbH ALEXA Holding GmbH ALEXA Shopping Centre GmbH Algarveshopping- Centro Comercial, SA Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda Aqualuz Tróia-Expl.Hoteleira e Imob., SA Arat Inmuebles, S.A. ARP Alverca Retail Park, SA Arrábidashopping - Centro Comercial, SA Aserraderos de Cuellar,SA Atelgen-Produção Energia, ACE Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marit,SA Avenida M-40 BV Azulino Imobiliária, S.A. BA Business Angels, SGPS, SA BA Capital, SGPS BB Food Service, SA Beeskow Holzwerkstoffe Beralands BV Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A. Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA	Bom Momento - Restauração, S.A. Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA Cape Technologies Limited CAPWATT - Brainpower, S.A. Capwatt ACE, S.A. Capwatt Colombo - Heat Power, S.A. Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A. Capwatt Hectare - Heat Power, ACE Capwatt II - Heat Power, S.A. Capwatt III - Heat Power, S.A. Capwatt Maia - Heat Power, S.A. Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A. Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A. Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A. CAPWATT, SGPS, S.A. Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária,SA Cascaishopping Centro Comercial, SA Cascaishopping Holding I, SGPS, SA CCCB Caldas da Rainha-Centro Comerc., SA Centro Colombo Centro Comercial, SA Centro Residencial da Maia,Urban.,SA Centro Vasco da Gama Centro Comercial,SA Chão Verde-Soc. de Gestão Imobiliária,SA Cinclus Imobiliária,SA Citic Capital Sierra Limited Citic Capital Sierra Prop. Man. Limited Citorres - Sociedade Imobiliária, SA Coimbrashopping Centro Comercial, SA Colombo Towers Holding BV



Comercial Losan Polonia SP. Z.O.O.	Harvey Dos Iberica, SL
Comercial Losan, S.L.U.	Herco Consult.Risco Corret.Seguros, Ltda
Companhia Térmica do Serrado, ACE	Herco Consultoria de Risco, S.A.
Companhia Térmica Tagol, Lda.	HighDome PCC Limited
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	HighDome PCC Limited (Cell Europe)
Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,SA	Iberian Assets, SA
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva,SA	Igimo - Sociedade Imobiliária, SA
Continente Hipermercados, SA	Iginha - Sociedade Imobiliária, SA
Country Club da Maia-Imobiliária,SA	Imoareaia - Invest. Turísticos, SGPS, SA
CTE-Central Termoeléc. do Estuário, Lda	Imobeauty, SA
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoclub-Serviços Imobiliários, SA
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA
Discovery Sports, SA	Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA
DOC Malaga Holdings, S.L.	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA
DOC Malaga SITECO, S.L.U.	Imohotel-Emp.Turísticos Imobiliários,SA
Dortmund Tower GmbH	Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA
Dos Mares Shopping Centre BV	Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA
Dos Mares Shopping Centre, SA	Imoplamac Gestão de Imóveis, SA
Ecociclo - Energia e Ambiente, SA	Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA
Elergone Energias, Lda	Imosedas - Imobiliária e Seviços, SA
Empracine - Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda.	Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Impaper Europe GmbH
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	Implantação - Imobiliária, S.A.
Equador & Mendes-Ag. Viagens e Tur.,Lda	Infofield - Informática, SA
Estação Viana Centro Comercial, SA	Inparvi SGPS, SA
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	Interlog-SGPS, SA
Farmácia Selecção, SA	Ioannina Develop.of Shopping Centres, SA
Fashion Division Canárias, SA	Isoroy SAS
Fashion Division, S.A.	ITRUST - Cyber Security and Intellig.,SA
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	Land Retail BV
Frases e Frações Imobiliária e Serv., SA	Larim Corretora de Resseguros, Ltda
Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Larissa Develop. of Shopping Centers, SA
Fundo de Invest.Imobiliário Fec. Imosede	Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop. Center	Libra Serviços, Lda
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	Loop 5 Shopping Centre GmbH
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D. Pedro	Losan Colombia, S.A.S.
Gaishopping I Centro Comercial, SA	Losan Overseas Textile, S.L.
Gaishopping II Centro Comercial, SA	Losan Tekstil Urun.V E Dis Ticaret, L.S.
GHP GmbH	Lusomundo - Sociedade de investimentos imobiliários SGPS, SA
Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl	Lusomundo Imobiliária 2, S.A.
Global Usebti, S.L.	Lusomundo Moçambique, Lda.
Glunz AG	Luz del Tajo BV
Glunz Service GmbH	Luz del Tajo Centro Comercial, SA
Glunz UK Holdings Ltd	Madeirashopping Centro Comercial, SA
Glunz Uka GmbH	Maiashopping Centro Comercial, SA
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	Maiequipa - Gestão Florestal, SA
Guimarãesshopping Centro Comercial, SA	Marcas MC, zRT



Marina de Tróia S.A.	Parklake Shopping, SA
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque Atlântico Shopping-C.Comerc., SA
Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA	Parque D. Pedro 1 BV
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque de Famalicão - Empreend.Imob., SA
MDS - Corretor de Seguros, SA	Pátio Boavista Shopping, Ltda
MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	Pátio Campinas Shopping, Ltda
MDS Africa SGPS, SA	Pátio Goiânia Shopping, Ltda
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Pátio Londrina Empreend.e Particip.,Ltda
Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
MDS Malta Holding Limited	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS RE - Mediador de resseguros	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS, SGPS, SA	PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo,SA
Megantic BV	Per-Mar - Sociedade de Construções, S.A.
MJB-Design, Lda	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	Plaza Eboli - Centro Comercial, SA
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Modelo Continente Hipermercados, SA	Plaza Mayor Shopping BV
Modelo Continente International Trade,SA	Plaza Mayor Shopping, SA
Modelo Hiper Imobiliária, SA	Pollface North America
Modelo.com-Vendas por Correspondência,SA	Ponto de Chegada - Soc. Imobiliária, SA
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA	Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA
Movimento Viagens-Viag.e Turismo S.U.Lda	Praedium - Serviços, SA
MOVVO, S.A.	Praedium II - Imobiliária, SA
Münster Arkaden BV	Praedium SGPS, SA
Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV	Praesidium Services Limited
Norteshopping Centro Comercial, SA	Predicomercial - Promoção Imobiliária,SA
NOS Açores Comunicações, S.A.	Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA
NOS Communications S.à r.l	Prédios Privados Imobiliária, SA
NOS Comunicações, S.A.	Predisedas - Predial das Sedas, SA
NOS Inovação, S.A.	Project SC 1 BV
NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Project Sierra 10 BV
NOS Lusomundo Cinemas, S.A.	Project Sierra 11 BV
NOS Lusomundo TV, Lda.	Project Sierra 12 BV
NOS Madeira Comunicações, S.A.	Project Sierra 2 BV
NOS Sistemas España, S.L.	Project Sierra 8 BV
NOS Sistemas, S.A.	Project Sierra Cúcuta BV
NOS Technology - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunica	Project Sierra Four Srl
NOS Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Project Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH
NOS, SGPS, S.A.	Project Sierra Germany 4 (four)-S.C.GmbH
NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.	Project Sierra Spain 1 BV
Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Lda	Project Sierra Spain 2 - C.Comercial, SA
Nova Equador P.C.O. e Eventos, S.U., Lda	Project Sierra Two Srl
Novodecor (PTY), LTD	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
OSB Deustchland Gmbh	Proyecto Cúcuta S.A.S.
Pantheon Plaza BV	Público - Comunicação Social, SA
Paracentro - Gestão de Galerias Com., SA	Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA
Pareuro BV	Raso - Viagens e Turismo, SA
Park Avenue Develop.of Shop. Centers, SA	RASO II-Viagens e Turismo,Unipessoal Lda



Raso, SGPS, SA	Sierra Management, SGPS, SA
River Plaza BV	Sierra Portugal, SA
River Plaza Mall, Srl	Sierra Project Nürnberg BV
Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.	Sierra Real Estate Greece BV
RSI Corretora de Seguros, Ltda	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Services Holland 2 BV
S21 Sec Barcelona, S.L.	Sierra Solingen Holding GmbH
S21 Sec Brasil, Ltda	Sierra Spain Shop. Centers Serv., S.A.U.
S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV	Sierra Turkey Gayrim.Yön.P.Dan.An.Sirket
S21 SEC Gestion, S.A.	Sierra VdG Holding BV
S21 Sec Inc.	Sierra Zenata Project BV
S21 Sec Information Security Labs, S.L.	SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA
S21 Sec México, S.A. de CV	SIRS - Sociedade Independente de Radiofusão Sonora, S.A.
S21 Sec, S.A. de CV	SISTAVAC, S.A.
Saphety - Transacciones Electronicas SAS	SISTAVAC, SGPS, S.A.
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ld	SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda
Saphety Level - Trusted Services, SA	Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA
SC Aegean BV	Société de Tranchage Isoroy SAS.
SC Finance BV	Socjjofra - Sociedade Imobiliária, SA
SC For-Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA
SC Hospitality, SGPS, S.A.	Soconstrução BV
SC, SGPS, SA	Soflorin BV
SC-Consultadoria,SA	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A	Solinca - Health & Fitness, SA
SDSR - Sports Division SR, S.A.	Solinca-Investimentos Turísticos,SA
Sellfa-Soc. de Empreend. Imobiliários,SA	Solinfitness - Club Malaga, S.L.
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	Solingen Shopping Center GmbH
Sesagest - Proj. Gestão Imobiliária, SA	Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA
Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA	Somit Imobiliária, SA
Shopping Centre Colombo Holding BV	Sonae Capital Brasil, Lda
Shopping Centre Parque Principado BV	Sonae Capital, SGPS, SA
SIAL Participações, Lda	Sonae Center Serviços II, SA
Sierra Asia Limited	Sonae Financial Services, S.A.
Sierra Berlin Holding BV	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA
Sierra Brazil 1 BV	Sonae Industria (UK),Ltd
Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Sonae Industria de Revestimentos,SA
Sierra Core Assets Holdings, B.V.	Sonae Indústria-SGPS,SA
Sierra Corporate Services Holland BV	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Sierra Developments Holding BV	Sonae Investment Management-S.T.,SGPS,SA
Sierra Developments, SGPS, SA	Sonae Investments BV
Sierra European R.R.E. Assets Hold. BV	Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA
Sierra Germany GmbH	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra GP, Limited	Sonae RE, S.A.
Sierra Greece, SA	Sonae Retalho España-Serv.Generales, SA
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae SGPS, SA
Sierra Investments (Holland) 1 BV	Sonae Sierra Brasil, SA
Sierra Investments (Holland) 2 BV	Sonae Sierra Brazil, BV / SARL
Sierra Investments Holding BV	Sonae Sierra, SGPS, SA
Sierra Investments SGPS, SA	Sonae Specialized Retail, SGPS, SA
Sierra Italy, Srl	Sonae SR Malta Holding Limited



Sonae Tafibra Benelux, BV	Teliz Holding B.V.
Sonae Turismo, SGPS, S.A.	Têxtil do Marco, SA
Sonaecenter Serviços, SA	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A	The Artist Ribeira - Act. Hoteleiras, SA
Sonaecom BV	Tlantic BV
Sonaecom, SGPS, SA	Tlantic Portugal - Sist.de Informação,SA
Sonaecom-Cyber Security and Int.,SGPS,SA	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda
Sonaecom-Sistemas Información España SL	Tool Gmbh
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	Torre Ocidente Imobiliária, SA
Sonaerp - Retail Properties, SA	Torre São Gabriel Imobiliária, SA
SONAESR - Serviços e logística, SA	Troia Market-Supermercados, S.A.
Sonaetelecom BV	Troia Natura, S.A.
Sondis Imobiliária, SA	Troiareort-Investimentos Turísticos, SA
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sontel BV	UNIPRESS - Centro Gráfico, Lda.
Sontur BV	Unishopping Consultoria Imobiliária,Ltda
Sonvecap BV	Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA
Sopair, S.A.	Usebti Textile México S.A. de C.V.
Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist	Valor N, SA
Soternix-Produção de Energia, ACE	Via Catarina Centro Comercial, SA
Spanboard Products,Ltd	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
SPF - Sierra Portugal	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA
Spinarq Moçambique, Lda	Vuelta Omega, S.L.
Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA	We Do Consulting-Sist. de Informação, SA
Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	We Do Poland Sp.Z.o.o.
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA	We Do Technologies (UK) Limited
Sport Zone Canárias, SL	We Do Technologies Americas, Inc
Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA	We Do Technologies Australia PTY Limited
Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti	We Do Technologies BV
Spred, SGPS, SA	We Do Technologies Egypt LLC
SSI Angola, S.A.	We Do Technologies Mexico, S. de RL
Tableros Tradema,S.L.	Wedo Brasil-Soluções Informáticas,Ltda
Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas,SL	Weiterstadt Shopping BV
Tafibra South Africa (PTY) Ltd.	Worten - Equipamento para o Lar, SA
Tafibra Suisse, SA	Worten Canárias, SL
Tafisa Canadá Societé en Commandite	Worten España Distribución, SL
Tafisa France, SA	Zippy - Comércio e Distribuição, SA
Tafisa UK,Ltd	Zippy - Comercio y Distribución, SA
Tafisa-Tableros de Fibras, SA	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti
Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL	ZOPT, SGPS, S.A.
Tecnológica Telecomunicações, Ltda	ZYEvolution-Invest.Desenv.,SA
Teconologías del Medio Ambiente,SA	

5.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2016 (não auditado)	março 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.f) e 2	22.087	33.616	24.977
Ativos intangíveis	1.b) e 3	3.621	5.365	3.907
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	49.347.142	51.847.142	49.347.142
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.d) e 6	597.666.944	597.666.944	597.666.944
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	127.245	1.069.775	144.477
Outros ativos não correntes	1.d), 1.n), 4, 8 e 20	165.894.237	162.629.236	165.849.237
Total de ativos não correntes		813.061.276	813.252.078	813.036.684
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	64.406.193	75.894.217	79.796.807
Outras dívidas de terceiros	1.e), 1.g), 4, 10 e 20	3.239.086	10.548.348	3.005.261
Outros ativos correntes	1.e), 1.n), 4 e 20	396.674	313.522	378.552
Caixa e equivalentes de caixa	1.e), 1.h), 4, 11 e 20	176.292.458	180.414.578	179.448.314
Total de ativos correntes		244.334.411	267.170.665	262.628.934
Total do ativo		1.057.395.687	1.080.422.743	1.075.665.618
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	12	230.391.627	230.391.627	230.391.627
Ações próprias	1.q) e 13	(8.441.804)	(8.441.804)	(8.441.804)
Reservas	1.p)	851.970.822	831.341.366	817.581.760
Resultado líquido do período		(17.988.593)	23.313.862	34.389.062
Total do capital próprio		1.055.932.052	1.076.605.051	1.073.920.645
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões para outros riscos e encargos	1.l), 1.o) e 15	241.811	351.301	241.811
Outros passivos não correntes	1.n), 1.t), 4 e 23	61.895	276.363	222.526
Total de passivos não correntes		303.706	627.664	464.337
Passivo corrente				
Outras dívidas a terceiros	4, 16 e 20	324.606	695.864	200.693
Outros passivos correntes	1.n), 1.t), 4, 20 e 23	835.323	2.494.164	1.079.943
Total de passivos correntes		1.159.929	3.190.028	1.280.636
Total do passivo e capital próprio		1.057.395.687	1.080.422.743	1.075.665.618

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 31 março de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2016 (não auditado)	março 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Prestações de serviços	20	71.100	96.460	338.240
Outros proveitos operacionais	20	103.914	46.882	241.085
		175.014	143.342	579.325
Fornecimentos e serviços externos	1.f), 17 e 20	(208.493)	(198.865)	(723.241)
Custos com o pessoal	1.t), e 23	(297.657)	(211.160)	(1.155.774)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(3.400)	(3.826)	(15.084)
Provisões e perdas de imparidade	1.l) e 15	-	(46.490)	-
Outros custos operacionais		(15.868)	(7.067)	(63.231)
		(525.418)	(467.408)	(1.957.330)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	5, 8 e 18	(2.910.000)	6.390.500	9.450.500
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	5, 7 e 18	(15.280.602)	16.994.414	23.886.615
Outros custos financeiros	1.c), 1.i), 1.j), 1.r), 1.s), 14 e 18	(1.886)	(67.199)	(135.054)
Outros proveitos financeiros	1.r), 8, 11 e 18	554.908	383.406	2.113.424
Resultados correntes		(17.987.984)	23.377.055	33.937.480
Imposto sobre o rendimento	1.m), 9 e 19	(609)	(63.193)	451.582
Resultado líquido do período		(17.988.593)	23.313.862	34.389.062
Resultados por ação	22			
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos		(0,06)	0,08	0,11
Diluídos		(0,06)	0,08	0,11
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos		(0,06)	0,08	0,11
Diluídos		(0,06)	0,08	0,11

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os períodos findos em 31 março de 2016 e 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2016 (não auditado)	março 2015 (não auditado)	dezembro 2015
Resultado líquido do período		(17.988.593)	23.313.862	34.389.062
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-	-
Rendimento integral do período		(17.988.593)	23.313.862	34.389.062

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015.

(Montantes expressos em euros)	Reservas							Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2016									
Saldo em 31 de dezembro 2015	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.443.724	8.441.804	20.405.855	817.581.760	34.389.062	1.073.920.645
Aplicação do resultado líquido de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	1.719.453	-	32.669.609	34.389.062	(34.389.062)	-
Rendimento integral do período findo em 31 de março de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(17.988.593)	(17.988.593)
Saldo em 31 março 2016	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	15.163.177	8.441.804	53.075.464	851.970.822	(17.988.593)	1.055.932.052

(Montantes expressos em euros)	Reservas							Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2015									
Saldo em 31 de dezembro 2014	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	8.441.804	28.635.701	825.520.566	5.820.800	1.053.291.189
Aplicação do resultado líquido de 2014	-	-	-	291.040	-	5.529.760	5.820.800	(5.820.800)	-
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	291.040	-	5.529.760	5.820.800	(5.820.800)	-
Rendimento integral do período findo em 31 de março de 2015	-	-	-	-	-	-	-	23.313.862	23.313.862
Saldo em 31 março 2015	230.391.627	(8.441.804)	775.290.377	13.443.724	8.441.804	34.165.461	831.341.366	23.313.862	1.076.605.051

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Montantes expressos em euros)	março 2016 (não auditado)	março 2015 (não auditado)
Atividades operacionais		
Pagamentos ao pessoal	(758.727)	(122.104)
Fluxo gerado pelas operações	(758.727)	(122.104)
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	382.590	529.278
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	(467.352)	(365.010)
Fluxo das atividades operacionais (1)	(843.489)	42.164
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	2.187.000
Juros e proveitos similares	708.000	828.123
Empréstimos concedidos	325.000	855.000
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	(3.395)
Empréstimos concedidos	(3.280.000)	-
Fluxos das atividades de investimento (2)	(2.247.000)	3.866.728
Atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(65.367)	(294.350)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(65.367)	(294.350)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(3.155.856)	3.614.542
Caixa e seus equivalentes no início do período	179.448.314	176.800.036
Caixa e seus equivalentes no final do período	176.292.458	180.414.578

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2016 e 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier



5.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros

para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom. A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu entre 6 de fevereiro e 19 de fevereiro de 2014. Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom (Notas 7 e 12).

Em 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social para 230.391.627 euros.

Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS').

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro', e tendo em consideração a IAS 34 – 'Relato Financeiro Intercalar'

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 31 de março de 2016:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados) O objetivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.	1-fev-15
Melhorias de algumas IFRS (2010-2012) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.	1-fev-15
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeira (Divulgações) Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.	1-jan-16
Melhorias de algumas IFRS (2012-2014) Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a questões abordadas durante o ciclo 2012-2014 de melhorias anuais para IFRS.	1-jan-16
IAS 16 e IAS 38 - Alterações (Clarificação dos métodos aceites de depreciação e amortização) O IASB clarificou que o uso de métodos baseados na receita para o cálculo da depreciação de um ativo não são apropriados uma vez que a receita gerada por uma atividade que inclua o uso de um ativo geralmente reflete outros fatores que não apenas o benefício económico do ativo.	1-jan-16

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 11 - Alterações (Contabilização das aquisições de interesses em operações conjuntas) O objetivo é o de guiar a contabilização da aquisição de uma participação numa operação conjunta quando esta constitui um negócio. O IASB decidiu que são aplicáveis todos os princípios em combinações de negócios previstos na IFRS 3 Combinações de Negócios e noutras IFRSs, desde que não entrem em conflito com a IFRS 11.	1-jan-16
IAS 27 - Alterações (Demonstrações Financeiras Separadas - método de equivalência patrimonial) Estas alterações irão permitir a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas.	1-jan-16
A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.	
As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:	
Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes Esta norma introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-18
Emendas às normas IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.	1-jan-16
IFRS 10 e IAS 28 - Alterações (Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto) O objectivo é o de abordar a inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e da IAS 28 no que respeita à perda de controlo de uma subsidiária. Ganhos ou perdas decorrentes de transações que envolvem ativos que constituem um negócio passam a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras do investidor na sua totalidade. É reconhecido um ganho/perda parcial quando a transação envolve ativos que não constituem um negócio.	Adiada indefinidamente
IFRS 14 (Contas de diferimento regulatório) Permite que uma entidade que adote pela primeira vez as IFRS continue a apresentar, com algumas alterações, os saldos de diferimento regulatório, de acordo com os GAAP anteriores, tanto na adoção inicial das IFRS como nas demonstrações financeiras posteriores.	1-jan-16



Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---------------------	--

IFRS 15 (Receitas de contratos com clientes) 1-jan-18
A IFRS 15 especifica como e quando se deve reconhecer receita bem como exige às entidades que forneçam divulgações mais informativas e relevantes. A norma fornece um modelo de cinco passos simples que devem ser aplicados a todos os contratos com clientes.

IFRS 16 – Locações 1-jan-19
A IFRS 16 vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.

Emendas à norma IAS 12 – Reconhecimento de 1-jan-17
Impostos Diferidos Ativos para perdas não realizadas

A emenda à IAS 12 - Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para perdas não realizadas vem esclarecer a contabilização para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

Emendas à norma IAS 7 – Inicitativa de 1-jan-17
divulgação

A emenda à IAS 7- Inicitativa de divulgação pretende melhorar a informação prestada aos utilizadores das demonstrações financeiras acerca das atividades de financiamento de uma entidade.

Clarificações à IFRS 15 -Receitas de contratos com clientes 1-jan-18

O objetivo das Clarificações à IFRS 15 -Receitas de contratos com clientes é de esclarecer os princípios para o reconhecimento de receitas de contratos com os clientes. A norma aplica-se a todos os contratos com os clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguros.

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 31 de março de 2016, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, com exceção da IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações, encontrando-se em processo de análise os efeitos das referidas normas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 31 de março de 2016 são comparáveis om os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de março de 2015.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a cinco anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.



As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

A Sonaecom detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados. Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo, **são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição.**

O custo de aquisição é a quantia de caixa ou seus equivalentes paga ou o justo valor de outra retribuição dada para adquirir um ativo no momento da sua aquisição ou constituição ou, quando aplicável, a quantia atribuída a esse ativo aquando do reconhecimento inicial de acordo com o requisitos específicos da IFRS 2.

A retribuição transferida pode incluir ativos ou passivos da adquirente que tenham quantias escrituradas que diferem do seu justo valor na data de aquisição (por exemplo, ativos não monetários ou um negócio da adquirente). Se assim for, a adquirente deve voltar a mensurar os ativos ou passivos transferidos pelo seu justo valor na data de aquisição e reconhecer os ganhos ou perdas resultantes, se houver, na demonstração de resultados. No entanto, por vezes, os ativos ou passivos transferidos permanecem na entidade adquirida após a realização do negócio e, portanto, o adquirente retém o controlo sobre os mesmos. Nessa situação, a adquirente deve mensurar esses ativos e passivos pelas suas quantias escrituradas imediatamente antes da data da aquisição e não deve reconhecer qualquer ganho ou perda na demonstração de resultados em ativos ou passivos que ela controla tanto antes como depois da realização do negócio.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, **por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.**

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Investimentos em empresas controladas conjuntamente
Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas controladas conjuntamente (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais) **são registados na rubrica 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.**

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas controladas conjuntamente cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, **por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.**

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

e) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza



significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

f) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.



As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD') estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

g) Outras dívidas de terceiros

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os

pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

i) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

j) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

k) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

(i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.



(ii) forward's cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de março de 2016 e 2015, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.t).

l) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

m) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do período' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

O grupo Sonaecom foi abrangido, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, em que o imposto corrente era calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo, contudo, no exercício findo em 2015, o grupo Sonaecom deixou de ter um grupo autónomo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação em virtude de ter passado a integrar o regime especial de tributação de grupos de sociedades da Sonae SGPS.

Desta forma, desde 1 de janeiro de 2015, a Sonaecom encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante. A Empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime

especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 9).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

n) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande

fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.I)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na **demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'**.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

o) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 9 e 15).

p) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica **seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal'**, isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. k)) sendo que as mesmas não

são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 31 de março de 2016, a Sonaecom, SGPS, S.A. dispunha de reservas livres distribuíveis no montante de cerca de 15 milhões de euros. Para este efeito foram consideradas como distribuíveis os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor em elementos desconhecidos durante o período findo em 31 de março de 2016.

q) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

r) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2016		2015	
	31 março	Média	31 março	Média
Libra inglesa	1,2633	1,2978	1,3750	1,3453
Franco suíço	0,9148	0,9124	0,9558	0,9335
Coroa sueca	9,2253	9,3267	0,1076	0,1066
Dólar americano	0,8784	0,9071	0,9295	0,8880



s) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os 'Investimentos em empresas do grupo', a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Para os 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

t) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital

próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do período, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da Sonae SGPS são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já



decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 31 de março de 2016, os planos atribuídos durante o ano 2014, 2015 e 2016 não estão cobertos, estando registada a responsabilidade ao justo valor. A responsabilidade de todos os planos encontra-se registada nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' (Nota 23). Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*'adjusting events'*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*'non adjusting events'*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

v) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

w) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes

dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

A empresa encontra-se ainda exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*'natural hedge'*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá



ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;

- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 14) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 - 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do período. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é

reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Em 31 de março de 2016 não estão contratados quaisquer instrumentos derivados da cobertura de variações da taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.



O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos é apresentada na Nota 14.

Risco de crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

2. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

								2016
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2015	347.208	43.858	22.060	171	243.696	104	-	657.097
Saldo final em 31 março 2016	347.208	43.858	22.060	171	243.696	104	-	657.097
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2015	334.022	43.787	13.328	171	240.708	104	-	632.120
Depreciações do período	1.053	18	1.379	-	440	-	-	2.890
Saldo final em 31 março 2016	335.075	43.805	14.707	171	241.148	104	-	635.010
Valor líquido	12.133	53	7.353	-	2.548	-	-	22.087
2015								
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2014	347.208	43.858	22.060	171	242.718	104	1.600	657.719
Alienações	-	-	-	-	-	-	(1.600)	(1.600)
Saldo final em 31 março 2015	347.208	43.858	22.060	171	242.718	104	-	656.119
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2014	329.809	43.715	7.813	171	237.435	104	-	619.047
Depreciações do período	1.053	18	1.379	-	1.006	-	-	3.456
Saldo final em 31 março 2015	330.862	43.733	9.192	171	238.441	104	-	622.503
Valor líquido	16.346	125	12.868	-	4.277	-	-	33.616

3. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2016
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2015	9.719	192.552	183	202.454
Alienações	-	-	224	224
Transferências	-	407	(407)	-
Saldo final em 31 março 2016	9.719	192.959	-	202.678
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2015	9.719	188.828	-	198.547
Amortizações do período	-	510	-	510
Saldo final em 31 março 2016	9.719	189.338	-	199.057
Valor líquido	-	3.621	-	3.621

				2015
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2014	9.719	192.404	498	202.621
Alienações	-	-	(350)	(350)
Transferências	-	148	(148)	-
Saldo final em 31 março 2015	9.719	192.552	-	202.271
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2014	9.719	186.817	-	196.536
Amortizações do período	-	370	-	370
Saldo final em 31 março 2015	9.719	187.187	-	196.906
Valor líquido	-	5.365	-	5.365

4. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de março de 2016 e 2015, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2016
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	127.245	-	127.245	-	127.245
Outros ativos não correntes (Nota 8)	165.894.237	-	-	165.894.237	-	165.894.237
	165.894.237	127.245	-	166.021.482	-	166.021.482
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	64.406.193	-	64.406.193	-	64.406.193
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	2.635.774	-	-	2.635.774	603.312	3.239.086
Outros ativos correntes	-	-	325.053	325.053	71.621	396.674
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	176.292.458	-	-	176.292.458	-	176.292.458
	178.928.232	64.406.193	325.053	243.659.478	674.933	244.334.411

						2015
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	1.069.775	-	1.069.775	-	1.069.775
Outros ativos não correntes (Nota 8)	162.629.236	-	-	162.629.236	-	162.629.236
	162.629.236	1.069.775	-	163.699.011	-	163.699.011
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	75.894.217	-	75.894.217	-	75.894.217
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	9.057.277	-	-	9.057.277	1.491.071	10.548.348
Outros ativos correntes	-	-	227.065	227.065	86.457	313.522
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	180.414.578	-	-	180.414.578	-	180.414.578
	189.471.855	75.894.217	227.065	265.593.137	1.577.528	267.170.665

						2016
		Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Outros passivos não correntes		-	-	61.895	61.895	
		-	-	61.895	61.895	
Passivo corrente						
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)		12.652	12.652	311.954	324.606	
Outros passivos correntes		597.469	597.469	237.854	835.323	
		610.121	610.121	549.808	1.159.929	

						2015
		Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Outros passivos não correntes		-	-	276.363	276.363	
		-	-	276.363	276.363	
Passivo corrente						
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)		662.258	662.258	33.606	695.864	
Outros passivos correntes		243.122	243.122	2.251.042	2.494.164	
		905.380	905.380	2.284.648	3.190.028	

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2016	2015
Sonaetelecom BV	73.460.618	73.460.618
Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A. ("Sonae IM")	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	10.100.000	10.300.000
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ")	11.850.557	11.850.557
Público - Comunicação Social, S.A. ("Público")	10.227.595	10.227.595
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ("Sonaecom SP")	50.000	50.000
	157.930.357	158.130.357
Perdas de imparidade (Nota 15)	(108.583.215)	(106.283.215)
Total de investimentos em empresas do grupo	49.347.142	51.847.142

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2015	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 março 2016
Sonaetelecom BV	73.460.618	-	-	-	73.460.618
Sonae IM*	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	10.100.000	-	-	-	10.100.000
PCJ	11.850.557	-	-	-	11.850.557
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
	157.930.357	-	-	-	157.930.357
Imparidades (Nota 15)	(108.583.215)	-	-	-	(108.583.215)
	49.347.142	-	-	-	49.347.142

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015



Empresa	Saldo a 31 dezembro 2014	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 março 2015
Sonaetelecom BV	73.460.618	-	-	-	73.460.618
Sonae IM*	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	10.300.000	-	-	-	10.300.000
PCJ	11.850.557	-	-	-	11.850.557
Público	10.227.595	-	-	-	10.227.595
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
	158.130.357	-	-	-	158.130.357
Imparidades (Nota 15)	(105.338.215)	(925.000)	-	(20.000)	(106.283.215)
	52.792.142	(925.000)	-	(20.000)	51.847.142

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

A empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2016, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.060.395.006 euros, um passivo consolidado de 60.822.045 euros, proveitos operacionais consolidados de 30.184.542 euros e capitais próprios consolidados de 999.572.961 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo para o período findo em 31 de março de 2016, de 12.744.878 euros.

Em 31 de março de 2016 e 2015, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IFRS) sobre as filiais e empreendimentos conjuntos detidas diretamente pela empresa é como segue:

Empresa	Sede	2016			2015		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ZOPT (a) (Nota 6)	Matosinhos	50%	1.270.704.890	6.415	50%	1.251.802	24
Sonae IM*	Maia	100%	80.991.305	51.680	100%	81.853.236	298.090
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	96.257	(12.972)	100%	344.371	(12.907)
PCJ	Maia	100%	109.993	83.400	100%	1.595.948	91.941
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	3.212	(7.807)	100%	37.182	(9.335)
Sonaecom SP	Maia	100%	187.298	60.980	100%	83.361	(632)
Público	Maia	100%	(793.766)	(828.646)	100%	(568.532)	(836.795)

(a) Demonstrações financeiras individuais.

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de participações em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. A taxa de crescimento média considerada para o volume de negócios dos 5 anos foi de 12,9%. Para o setor do Multimédia, a taxa de crescimento média considerada foi de cerca de 2%. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimado com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade são consideradas taxas de crescimento entre 1% e 3% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Sistemas de Informação	Multimédia
Pressupostos		
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	10,5%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,0%	0,0%



Para o setor dos sistemas de informação, na área da segurança digital (*Cibersecurity*), foi utilizada uma taxa de crescimento de 3%. Adicionalmente, para a empresa Digitmarket foi utilizada uma taxa de crescimento de 2%.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, no período findo em 31 de março de 2016, para além das registadas na demonstração de resultados. Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

6. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empreendimentos conjuntos e tinha a seguinte composição:

Empresa	2016	2015
ZOPT, SGPS, S.A. (‘ZOPT’)	597.666.944	597.666.944

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2015	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 março 2016
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2014	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 março 2015
ZOPT	597.666.944	-	-	-	597.666.944

A ZOPT é um empreendimento conjunto da Sonaecom, da Kento Holding Limited e da Unitel International Holdings, BV, criado para a detenção de participação na sociedade NOS SGPS, S.A. (‘NOS’). No final dos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 a ZOPT detinha 50,01% de participação na NOS.

A aferição da existência ou não de imparidade para o valor desta participação é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS, SGPS, S.A., cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 4,7%, e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Pressupostos	Telecomunicações
Base da quantia recuperável	Valor de uso
Taxa de desconto	7,2%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,5%

Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

7. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações NOS registadas ao justo valor através de resultados, uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo. Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na NOS.



Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o periodo findo em 31 de março de 2016 e 2015 foram como segue:

						2016
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 18)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	79.796.807	-	-	(15.263.369)	-	64.533.438
Sonae SGPS	144.477	-	(129.450)	(17.233)	2.206	-
	79.941.284	-	(129.450)	(15.280.602)	2.206	64.533.438
Registado em ativos não correntes (Nota 4)						127.245
Registado em ativos correntes (Nota 4)						64.406.193

* Planos de incentivo de médio prazo

						2015
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor (Nota 18)	Aumento e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura MTIP*	Saldo final
NOS	57.661.618	-	-	16.573.861	-	74.235.479
Sonae SGPS	2.303.954	-	(450.639)	420.553	454.645	2.728.513
	59.965.572	-	(450.639)	16.994.414	454.645	76.963.992
Registado em ativos não correntes (Nota 4)						1.069.775
Registado em ativos correntes (Nota 4)						75.894.217

* Planos de incentivo de médio prazo

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 18). Com exceção dos aumentos e diminuições do justo valor de ações destinadas à cobertura dos planos de incentivo de médio prazo cujo valor é registado na rubrica "Outros custos operacionais" e "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

As diminuições a 31 de março de 2016 e 2015, do investimento em ações Sonae SGPS, correspondem essencialmente ao pagamento do plano de incentivos de médio prazo vencido no período findo em 31 de março de 2016 e 2015.

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

2016	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	-
Nível de inputs na hierarquia de justo valor		Nível 1**
Método de valorização		Preço cotado em bolsa
Preço cotado*	5,860	1,059
Justo valor	64.533.438	-

* Utilizada a cotação de 31 de março de 2016 no apuramento do justo valor.

** Nível 1: O Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo

2015	NOS	Sonae SGPS
Ações	11.012.532	1.926.916
Nível de inputs na hierarquia de justo valor		Nível 1**
Método de valorização		Preço cotado em bolsa
Preço cotado*	6,741	1,416
Justo valor	74.235.478	2.728.513

* Utilizada a cotação de 31 de março de 2015 no apuramento do justo valor.

** Nível 1: O Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo

8. Outros ativos não correntes

Em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Ativos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos:		
Sonae IM	18.595.000	11.485.000
PCJ	3.365.000	4.245.000
Público	165.000	2.415.000
Sonaecom SP	160.000	420.000
	22.285.000	18.565.000
Prestações acessórias:		
Zopt	115.000.000	115.000.000
Sonae IM	29.519.792	30.289.791
Público	11.077.405	5.362.405
PCJ	1.839.445	1.189.445
	157.436.642	151.841.641
	179.721.642	170.406.641
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 15)	(13.827.405)	(7.777.405)
	165.894.237	162.629.236

Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos' foram os seguintes:

				2016
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae IM	15.315.000	3.280.000	-	18.595.000
PCJ	3.690.000	-	(325.000)	3.365.000
Público	165.000	-	-	165.000
Soanecom SP	160.000	-	-	160.000
	19.330.000	3.280.000	(325.000)	22.285.000
				2015
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae IM	12.220.000	-	(735.000)	11.485.000
PCJ	4.345.000	-	(100.000)	4.245.000
Público	2.435.000	-	(20.000)	2.415.000
Soanecom SP	420.000	-	-	420.000
	19.420.000	-	(855.000)	18.565.000

Durante os períodos findos em 31 de março 2016 e 2015, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

				2016
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
ZOPT	115.000.000	-	-	115.000.000
Sonae IM	29.519.792	-	-	29.519.792
Público	11.077.405	-	-	11.077.405
PCJ	1.839.445	-	-	1.839.445
	157.436.642	-	-	157.436.642

				2015
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
ZOPT	115.000.000	-	-	115.000.000
Sonae IM	32.476.791	-	(2.187.000)	30.289.791
Público	5.362.405	-	-	5.362.405
PCJ	1.189.445	-	-	1.189.445
	154.028.641	-	(2.187.000)	151.841.641

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, os empréstimos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos venceram juros a uma taxa média de 2,62% e 5,50%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas nas Notas 5 e 6.

9. Impostos diferidos

Em 31 de março de 2016 e 2015, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

	2016	2015
Prejuízos reportáveis	2.166.277	1.192.550
Provisões e perdas por imparidade não aceites	120.255.092	116.440.458
CFEI	151	151
Total	122.421.520	117.633.159
Impostos diferidos ativos	27.608.815	26.449.689

Em 31 de março de 2016 e 2015, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados foram gerados nos seguintes períodos:

Ano em que foram gerados	2016	2015
2014	454.918	250.436
	454.918	250.436

Em 31 de março de 2016 e 2015, a taxa de imposto utilizada nas empresas portuguesas para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 21%. No caso das diferenças temporárias com origem em empresas portuguesas, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada em 2016 e 2015 foi de 22,5%.

Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação se encontra dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios.

Não foi considerada a derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 é como se segue:

	2016	2015
Resultado antes de imposto	(17.987.984)	23.377.055
Imposto (21% em 2016 e 2015)	3.777.477	(4.909.182)
Tributação autónoma, derrama e correção de imposto do ano anterior	(610)	(22.228)
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	(521.173)	(263.598)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	(3.256.303)	5.014.706
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	-	117.109
Impostos registados no período (Nota 19)	(609)	(63.193)

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 21% para 2016 e 2015, por serem estas as taxas normais de IRC em Portugal em 2016 e 2015.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2015 e 2016 são relativos, essencialmente, a perdas e ganhos em investimentos financeiros e a dividendos recebidos (Nota 18), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2013 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos advogados e consultores fiscais da Sociedade, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2016.

10. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Dividendos a receber	-	7.315.500
Estado e outros entes públicos	603.312	1.491.071
Outros devedores	2.635.774	1.741.777
	3.239.086	10.548.348

Em 31 de março de 2015, a rubrica 'Dividendos a receber' diz respeito aos dividendos a receber da Zopt SGPS (Nota 18).

Em 31 de março de 2016 e 2015, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Notas 18 e 20).

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 31 de março de 2016 e 2015, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento a ser recuperado.

11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2016 e 2015, o detalhe de 'caixa e seus equivalentes' era o seguinte:

	2016	2015
Numerário	572	786
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	75.671.886	8.628.792
Aplicações de tesouraria	100.620.000	171.785.000
	176.292.458	180.414.578

Em 31 de março de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2016	2015
Aplicações bancárias	92.500.000	168.105.000
Sonae IM	3.400.000	2.475.000
Público	3.785.000	1.025.000
Sonaecom SP	865.000	145.000
Soanecom BV	-	20.000
PCJ	70.000	15.000
	100.620.000	171.785.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de março de 2016, venceram juros a uma taxa média de 0,77% (0,31% em 2015).

12. Capital social

Em 31 de março de 2016 e 2015, o capital social da Sonaecom estava representado por 311.340.037 ações, correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 0,74. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2016		2015	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	62,33%	194.063.119	62,33%
Sonae SGPS	81.022.964	26,02%	81.022.964	26,02%
Ações dispersas em Bolsa	30.682.940	9,86%	30.682.940	9,86%
Ações próprias (Nota 13)	5.571.014	1,79%	5.571.014	1,79%
	311.340.037	100,00%	311.340.037	100,00%

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Durante o exercício de 2014 a Sonaecom reduziu assim o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros, em resultado da extinção das ações próprias adquiridas (54.906.831 ações) e redução do valor nominal das restantes ações



representativas do capital social da Sonaecom de 1 euro para 0,74 euros por ação. Na sequência deste resultado, a Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

Como contrapartida das ações próprias adquiridas neste processo de Oferta Pública Geral e Voluntária a Sonaecom entregou 26.476.792 ações representativas do capital social da NOS que se encontravam registadas no balanço por 141.650.837 euros (Nota 7) e o montante de 19.632 euros em dinheiro, pelo que em resultado desta Oferta Pública Geral e Voluntária, o ativo e o capital próprio da Sonaecom reduziu-se em 141.670.470 euros.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

13. Ações próprias

Durante o período findo em 31 de março de 2016, a Sonaecom não adquiriu, alienou ou entregou ações próprias, pelo que o montante detido à data é de 5.571.014 ações próprias representativas de 1,79% do seu capital social, a um preço médio de 1,515 euros.

14. Empréstimos

Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Em 31 de março de 2016 e 2015, a Sonaecom não apresenta quaisquer empréstimos de curto prazo.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todas as linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídas em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

À data de 31 de março de 2016 e 2015, as linhas de crédito disponíveis pela empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2016					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	1.000.000	-	1.000.000		
2015					
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	1.000.000	-	1.000.000		

Em 31 de março de 2016 e 2015 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

15. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo Final
2016				
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	108.583.215	-	-	108.583.215
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	10.917.405	2.910.000	-	13.827.405
Provisões para outros riscos e encargos	241.811	-	-	241.811
	119.742.431	2.910.000	-	122.652.431
2015				
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	105.338.215	925.000	20.000	106.283.215
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	7.797.405	-	(20.000)	7.777.405
Provisões para outros riscos e encargos	304.811	46.490	-	351.301
	113.440.431	971.490	-	114.411.921

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 18).

Em 31 de março de 2016, o reforço da rubrica "Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes" inclui, principalmente, montantes referentes a imparidades e ajustamentos de investimentos financeiros.

Em 31 de março de 2015, o reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui, principalmente, montantes para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável.

16. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2016	2015
Outros credores	12.652	662.259
Estado e outros entes públicos	311.954	33.605
	324.606	695.864

17. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de março de 2016 e 2015, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Trabalhos especializados	131.376	138.324
Deslocações e estadas	24.396	19.867
Seguros	12.099	12.163
Rendas e alugueres	4.303	4.303
Comunicação	18.259	3.660
Outros fornecimentos e serviços externos	18.060	20.548
	208.493	198.865



18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, dos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2016	2015
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5, 8 e 15)	(2.910.000)	(925.000)
Dividendos obtidos (Nota 10)	-	7.315.500
	(2.910.000)	6.390.500
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados (nota 7)	(15.280.602)	16.994.414
	(15.280.602)	16.994.414
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Outros empréstimos	(267)	(33.653)
	(267)	(33.653)
Outros custos financeiros	(1.619)	(33.546)
	(1.886)	(67.199)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos	554.892	382.616
Diferenças de câmbio favoráveis	16	790
	554.908	383.406

19. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2016	2015
Imposto corrente	(609)	(63.193)
Saldo final	(609)	(63.193)

20. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Saldos a 31 de março de 2016 Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	425.892	-	-	(34.513)	-
Subsidiárias					
PCJ	35.174	2.693	70.000	10.719	3.365.000
Público	31.465	109.971	3.785.000	(4.406)	165.000
Sonae IM*	-	63.101	3.400.000	(4.776)	18.595.000
Sonacom BV	-	-	-	-	-
Sonae Telecom BV	-	-	-	-	-
Sonacom SP	115.362	6.948	865.000	(131.973)	160.000
Outras partes relacionadas					
Zopt SGPS	-	-	-	-	-
Digitmarket	33.563	44.025	-	(38.195)	-
Saphety	117.322	12.802	-	(335.344)	-
Sonacenter II	19.516	9.087	-	-	-
Wedo	2.263.772	219.341	-	-	-
iTrust	30.359	-	-	(62.039)	-
NOS Comunicações	-	10.685	-	148.455	-
NOS Sistemas	-	103.242	-	(5.272)	-
Others	5.087	7.670	-	25.004	-
	<u>3.077.512</u>	<u>589.565</u>	<u>8.120.000</u>	<u>(432.340)</u>	<u>22.285.000</u>

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonacom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Saldos a 31 de março de 2015 Empréstimos concedidos/(obtidos) (Nota 8)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	(872)	58.025	-	(10.456)	-
Subsidiárias					
PCJ	152.399	-	15.000	20.408	4.245.000
Público	39.882	1.028.835	1.025.000	6.556	2.415.000
Sonae IM*	279.774	76.021	2.475.000	44.110	11.485.000
Sonacom BV	286	118.477	20.000	275	-
Sonacom SP	64.861	81.801	145.000	(88.365)	420.000
Outras partes relacionadas					
Zopt SGPS	7.315.500	-	-	-	-
Digitmarket	85.306	1.505	-	(78.988)	-
Saphety	187.163	5.439	-	(267.248)	-
Sonacenter II	19.516	36.898	-	-	-
Wedo	2.058.829	-	-	-	-
iTrust	11.635	-	-	(59.433)	-
Outros	-	26.910	-	16.284	-
	<u>10.214.279</u>	<u>1.433.911</u>	<u>3.680.000</u>	<u>(416.857)</u>	<u>18.565.000</u>

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonacom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015



				Transações a 31 de março de 2016
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 18)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	-	-	269.115	(26)
Subsidiárias				
PCJ	-	-	31.981	-
Público	-	60	22.608	760
Sonae IM*	-	15.000	122.563	-
Sonaecom BV	-	-	-	-
Sonaetelecom BV	-	-	-	-
Sonaecom SP	-	65.114	7.332	-
Wedo	42.000	-	-	-
Outras partes relacionadas				
Digitmarket	14.550	-	-	-
Saphety	14.550	515	-	-
Sonaecenter II	-	18.538	-	-
NOS Comunicações	-	18.518	(19.887)	-
Outros	-	13.592	-	-
	71.100	131.337	433.712	734

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

				Transações a 31 de março de 2015
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 17)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 18)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	-	-	6	-
Subsidiárias				
PCJ	-	-	59.305	-
Público	-	60	37.851	-
Sonae IM*	-	6.414	172.771	-
Sonaecom BV	-	-	275	-
Sonaetelecom BV	-	-	(11)	-
Sonaecom SP	-	67.106	6.229	-
Wedo	49.766	(800)	-	-
Outras partes relacionadas				
Digitmarket	15.413	-	-	-
Saphety	15.413	515	-	-
Sonaecenter II	15.867	44.998	-	-
Outros	-	31.073	(16.825)	-
	96.459	149.366	259.601	-

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonaecom Sistemas de Informação S.A. para Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, S.A. em 2015

Durante o período findo em 31 de março de 2015, a empresa reconheceu o montante de 7.315.500 euros referente a dividendos a receber da Zopt SGPS (Nota 10 e 18).

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

21. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de março de 2016 e 2015, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2016	2015
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	-	1.435.379
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	222.622	222.622
		222.622	1.658.001

Adicionalmente a estas garantias foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 24.499.393 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora do Público até ao montante de 565.026 euros.

Em 31 de março de 2016, é convicção do Conselho de Administração da empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

22. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (17.988.593 euros negativos em 2016 e 23.313.862 euros em 2015) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015, deduzidas das ações próprias (305.769.023 em 2016 e 2015).

23. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A, tendo a 10 de março de 2014 os planos da Sonaecom sido convertidos para ações Sonae. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

O plano 2011 foi entregue em março de 2015 para todas as empresas exceto para os colaboradores da Sonaecom SGPS, S.A., cuja entrega foi efetuada em maio de 2015.

O plano de 2012 foi entregue em março de 2016 para todas as empresas.

Desta forma, os planos em aberto a 31 de março de 2016 são os seguintes:

	Cotação 31 março 2016	Período de Diferimento		31 março 2016		
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações	
Ações Sonae SGPS						
Plano 2013	1,059	10-mar-14	10-mar-17	2	303.888	
Plano 2014	1,059	10-abr-15	10-abr-18	2	167.408	
Plano 2015	1,059	10-mar-16	10-mar-19	2	167.408	

Durante o período findo em 31 de março de 2016, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2015:		
Ainda diferidas	8	943.219
Total	8	943.219
Movimentos no período:		
Atribuídas	2	167.408
Vencidas	(4)	(496.764)
Canceladas / extintas / corrigidas*	-	24.841
Saldo a 31 março 2016:		
Ainda diferidas	6	638.704
Total	6	638.704

(*As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

A responsabilidade dos planos foi registada na rubrica de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Para os planos de ações Sonae SGPS, exceto para os planos convertidos de ações Sonaecom, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Os contratos de cobertura acima referidos foram utilizados para cobrir a entrega do plano de 2011 e do plano de 2012. Desta forma no período findo a 31 de março de 2016 não existem contratos de cobertura em aberto.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que mede a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos para os planos em aberto e para o plano entregue no período findo em 31 de março de 2016 são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	703.586
Custos reconhecidos no período	106.837
Custos dos planos exercidos no período	(510.673)
Total de custos dos Planos	299.749
Registados em 'Outros passivos correntes	237.854
Registados em 'Outros passivos não correntes	61.895

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 06 de maio de 2016.

Anexo

A 31 de março de 2016, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, S.A. são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	José Manuel Neves Adelino
Marcelo Faria de Lima	Tsega Gebreyes
Christine Cross	Andrew Eustace Clavering Campbell

Empresas do grupo Sonae/Efanor/NOS	
3shoppings - Holding, SGPS, SA	Bom Momento - Restauração, S.A.
ACCIVE Insurance Cons. e Franchising, Lda	Canasta-Empreendimentos Imobiliários, SA
Accive Insurance-Corretor de Seguros, SA	Cape Technologies Limited
ADD Avaliações Eng. Aval. e Perícias, Ltda	CAPWATT - Brainpower, S.A.
Adlands BV	Capwatt ACE, S.A.
Aduanas Caspe, S.L.U.	Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.
Aegean Park, SA	Capwatt Engenho Novo - Heat Power, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Capwatt Hectare - Heat Power, ACE
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Capwatt II - Heat Power, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Capwatt III - Heat Power, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Capwatt Maia - Heat Power, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, SA	Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.
Aqualuz Tróia-Expl.Hoteleira e Imob., SA	CAPWATT, SGPS, S.A.
Arat Inmuebles, S.A.	Carvemagere-Manut.e Energias Renov., Lda
ARP Alverca Retail Park, SA	Casa da Ribeira-Sociedade Imobiliária, SA
Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Cascaishopping Centro Comercial, SA
Aserraderos de Cuellar, SA	Cascaishopping Holding I, SGPS, SA
Atelgen-Produção Energia, ACE	CCCB Caldas da Rainha-Centro Comerc., SA
Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marít,SA	Centro Colombo Centro Comercial, SA
Avenida M-40 BV	Centro Residencial da Maia, Urban., SA
Azulino Imobiliária, S.A.	Centro Vasco da Gama Centro Comercial, SA
BA Business Angels, SGPS, SA	Chão Verde-Soc. de Gestão Imobiliária, SA
BA Capital, SGPS	Cinclus Imobiliária, SA
BB Food Service, SA	Citic Capital Sierra Limited
Beeskow Holzwerkstoffe	Citic Capital Sierra Prop. Man. Limited
Beralands BV	Citorres - Sociedade Imobiliária, SA
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Coimbrashopping Centro Comercial, SA
Bloco Q-Sociedade Imobiliária, SA	Colombo Towers Holding BV



Comercial Losan Polonia SP. Z.O.O.	Harvey Dos Iberica, SL
Comercial Losan, S.L.U.	Herco Consult.Risco Corret.Seguros, Ltda
Companhia Térmica do Serrado, ACE	Herco Consultoria de Risco, S.A.
Companhia Térmica Tagol, Lda.	HighDome PCC Limited
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	HighDome PCC Limited (Cell Europe)
Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,SA	Iberian Assets, SA
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva,SA	Igimo - Sociedade Imobiliária, SA
Continente Hipermercados, SA	Iginha - Sociedade Imobiliária, SA
Country Club da Maia-Imobiliária,SA	Imoarea - Invest. Turísticos, SGPS, SA
CTE-Central Termoelct. do Estuário, Lda	Imobeauty, SA
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoclub-Serviços Imobiliários, SA
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA
Discovery Sports, SA	Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA
DOC Malaga Holdings, S.L.	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA
DOC Malaga SITECO, S.L.U.	Imohotel-Emp.Turísticos Imobiliários,SA
Dortmund Tower GmbH	Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA
Dos Mares Shopping Centre BV	Imopeninsula - Sociedade Imobiliária, SA
Dos Mares Shopping Centre, SA	Imoplamac Gestão de Imóveis, SA
Ecociclo - Energia e Ambiente, SA	Imoponte - Sociedade Imobiliária, SA
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoresort - Sociedade Imobiliária, SA
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA
Elergone Energias, Lda	Imosedas - Imobiliária e Serviços, SA
Empracine - Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda.	Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Impaper Europe GmbH
Enerlousado-Recursos Energéticos, Lda.	Implantação - Imobiliária, S.A.
Equador & Mendes-Ag. Viagens e Tur.,Lda	Infocfield - Informática, SA
Estação Viana Centro Comercial, SA	Inparvi SGPS, SA
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	Interlog-SGPS, SA
Farmácia Seleção, SA	Ioannina Develop.of Shopping Centres, SA
Fashion Division Canárias, SA	Isoroy SAS
Fashion Division, S.A.	ITRUST - Cyber Security and Intellig.,SA
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	Land Retail BV
Frases e Frações Imobiliária e Serv., SA	Larim Corretora de Resseguros, Ltda
Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Larissa Develop. of Shopping Centers, SA
Fundo de Invest.Imobiliário Fec. Imosede	Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop. Center	Libra Serviços, Lda
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	Loop 5 Shopping Centre GmbH
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D. Pedro	Losan Colombia, S.A.S.
Gaiashopping I Centro Comercial, SA	Losan Overseas Textile, S.L.
Gaiashopping II Centro Comercial, SA	Losan Tekstil Urun.V E Dis Ticaret, L.S.
GHP GmbH	Lusomundo - Sociedade de investimentos imobiliários SGPS, SA
Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl	Lusomundo Imobiliária 2, S.A.
Global Usebti, S.L.	Lusomundo Moçambique, Lda.
Glunz AG	Luz del Tajo BV
Glunz Service GmbH	Luz del Tajo Centro Comercial, SA
Glunz UK Holdings Ltd	Madeirashopping Centro Comercial, SA
Glunz Uka GmbH	Maiashopping Centro Comercial, SA
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	Maiequipa - Gestão Florestal, SA
Guimarãesshopping Centro Comercial, SA	Marcas MC, zRT



Marina de Tróia S.A.	Parklake Shopping, SA
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque Atlântico Shopping -C.Comerc., SA
Martimope-Empreendimentos Turisticos, SA	Parque D. Pedro 1 BV
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Parque de Famalicão - Empreend.Imob., SA
MDS - Corretor de Seguros, SA	Pátio Boavista Shopping, Ltda
MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	Pátio Campinas Shopping, Ltda
MDS Africa SGPS, SA	Pátio Goiânia Shopping, Ltda
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Pátio Londrina Empreend.e Particip.,Ltda
Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
MDS Malta Holding Limited	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS RE - Mediador de resseguros	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS, SGPS, SA	PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo,SA
Megantic BV	Per-Mar - Sociedade de Construções, S.A.
MJB-Design, Lda	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	Plaza Eboli - Centro Comercial, SA
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Modelo Continente Hipermercados, SA	Plaza Mayor Shopping BV
Modelo Continente International Trade,SA	Plaza Mayor Shopping, SA
Modelo Hiper Imobiliária, SA	Poliface North America
Modelo.com-Vendas por Correspondência,SA	Ponto de Chegada - Soc. Imobiliária, SA
Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,SA	Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA
Movimento Viagens-Viag.e Turismo S.U.Lda	Praedium - Serviços, SA
MOVVO, S.A.	Praedium II - Imobiliária, SA
Münster Arkaden BV	Praedium SGPS, SA
Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV	Praesidium Services Limited
Norteshopping Centro Comercial, SA	Predicomercial - Promoção Imobiliária,SA
NOS Açores Comunicações, S.A.	Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA
NOS Communications S.à r.l	Prédios Privados Imobiliária, SA
NOS Comunicações, S.A.	Predisedas - Predial das Sedas, SA
NOS Inovação, S.A.	Project SC 1 BV
NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Project Sierra 10 BV
NOS Lusomundo Cinemas, S.A.	Project Sierra 11 BV
NOS Lusomundo TV, Lda.	Project Sierra 12 BV
NOS Madeira Comunicações, S.A.	Project Sierra 2 BV
NOS Sistemas España, S.L.	Project Sierra 8 BV
NOS Sistemas, S.A.	Project Sierra Cúcuta BV
NOS Technology - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	Project Sierra Four Srl
NOS Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Project Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH
NOS, SGPS, S.A.	Project Sierra Germany 4 (four)-S.C.GmbH
NOSPUB, Publicidade e Conteúdos, S.A.	Project Sierra Spain 1 BV
Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Lda	Project Sierra Spain 2 - C.Comercial, SA
Nova Equador P.C.O. e Eventos, S.U., Lda	Project Sierra Two Srl
Novodecor (PTY), LTD	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
OSB Deustchland Gmbh	Proyecto Cúcuta S.A.S.
Pantheon Plaza BV	Público - Comunicação Social, SA
Paracentro - Gestão de Galerias Com., SA	Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA
Pareuro BV	Raso - Viagens e Turismo, SA
Park Avenue Develop.of Shop. Centers, SA	RASO II-Viagens e Turismo,Unipessoal Lda



Raso, SGPS, SA	Sierra Management, SGPS, SA
River Plaza BV	Sierra Portugal, SA
River Plaza Mall, Srl	Sierra Project Nürnberg BV
Ronfegen-Recursos Energéticos, Lda.	Sierra Real Estate Greece BV
RSI Corretora de Seguros, Ltda	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Services Holland 2 BV
S21 Sec Barcelona, S.L.	Sierra Solingen Holding GmbH
S21 Sec Brasil, Ltda	Sierra Spain Shop. Centers Serv., S.A.U.
S21 Sec Ciber Seguridad, S.A. de CV	Sierra Turkey Gayrim.Yön.P.Dan.An.Sirket
S21 SEC Gestion, S.A.	Sierra VdG Holding BV
S21 Sec Inc.	Sierra Zenata Project BV
S21 Sec Information Security Labs, S.L.	SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA
S21 Sec México, S.A. de CV	SIRS - Sociedade Independente de Radiofusão Sonora, S.A.
S21 Sec, S.A. de CV	SISTAVAC, S.A.
Saphety - Transacciones Electronicas SAS	SISTAVAC, SGPS, S.A.
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ld	SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda
Saphety Level - Trusted Services, SA	Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA
SC Aegean BV	Société de Tranchage Isoroy SAS.
SC Finance BV	Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA
SC For-Serv.Form.e Desenv.R.H.,Unip.,Lda	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA
SC Hospitality, SGPS, S.A.	Soconstrução BV
SC, SGPS, SA	Soflorin BV
SC-Consultadoria,SA	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,S.A	Solinca - Health & Fitness, SA
SDSR - Sports Division SR, S.A.	Solinca-Investimentos Turísticos,SA
Selifa-Soc. de Empreend. Imobiliários,SA	Solinfitness - Club Malaga, S.L.
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	Solingen Shopping Center GmbH
Sesagest - Proj. Gestão Imobiliária, SA	Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA
Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA	Somit Imobiliária, SA
Shopping Centre Colombo Holding BV	Sonae Capital Brasil, Lda
Shopping Centre Parque Principado BV	Sonae Capital, SGPS, SA
SIAL Participações, Lda	Sonae Center Serviços II, SA
Sierra Asia Limited	Sonae Financial Services, S.A.
Sierra Berlin Holding BV	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA
Sierra Brazil 1 BV	Sonae Industria (UK),Ltd
Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Sonae Industria de Revestimentos,SA
Sierra Core Assets Holdings, B.V.	Sonae Indústria-SGPS,SA
Sierra Corporate Services Holland BV	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Sierra Developments Holding BV	Sonae Investment Management-S.T.,SGPS,SA
Sierra Developments, SGPS, SA	Sonae Investments BV
Sierra European R.R.E. Assets Hold. BV	Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA
Sierra Germany GmbH	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra GP, Limited	Sonae RE, S.A.
Sierra Greece, SA	Sonae Retalho España-Serv.Generales, SA
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae SGPS, SA
Sierra Investments (Holland) 1 BV	Sonae Sierra Brasil, SA
Sierra Investments (Holland) 2 BV	Sonae Sierra Brazil, BV / SARL
Sierra Investments Holding BV	Sonae Sierra, SGPS, SA
Sierra Investments SGPS, SA	Sonae Specialized Retail, SGPS, SA
Sierra Italy, Srl	Sonae SR Malta Holding Limited



Sonae Táfibra Benelux, BV	Teliz Holding B.V.
Sonae Turismo, SGPS, S.A.	Têxtil do Marco, SA
Sonaecenter Serviços, SA	The Artist Porto Hot.&Bistrô-Act.Hot.,SA
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A	The Artist Ribeira - Act. Hoteleiras, SA
Sonaecom BV	Tlantic BV
Sonaecom, SGPS, SA	Tlantic Portugal - Sist.de Informação,SA
Sonaecom-Cyber Security and Int.,SGPS,SA	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda
Sonaecom-Sistemas Información España SL	Tool Gmbh
Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos	Torre Ocidente Imobiliária, SA
Sonaerp - Retail Properties, SA	Torre São Gabriel Imobiliária, SA
SONAESR - Serviços e logística, SA	Troia Market-Supermercados, S.A.
Sonaetelecom BV	Troia Natura, S.A.
Sondis Imobiliária, SA	Troiaresort-Investimentos Turísticos, SA
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Tulpamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA
Sontel BV	UNIPRESS - Centro Gráfico, Lda.
Sontur BV	Unishopping Consultoria Imobiliária, Ltda
Sonvecap BV	Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA
Sopair, S.A.	Usebti Textile México S.A. de C.V.
Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist	Valor N, SA
Soternix-Produção de Energia, ACE	Via Catarina Centro Comercial, SA
Spanboard Products, Ltd	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
SPF - Sierra Portugal	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA
Spinarq Moçambique, Lda	Vuelta Omega, S.L.
Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA	We Do Consulting-Sist. de Informação, SA
Spinveste - Promoção Imobiliária, SA	We Do Poland Sp.Z.o.o.
Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA	We Do Technologies (UK) Limited
Sport Zone Canárias, SL	We Do Technologies Americas, Inc
Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA	We Do Technologies Australia PTY Limited
Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti	We Do Technologies BV
Spred, SGPS, SA	We Do Technologies Egypt LLC
SSI Angola, S.A.	We Do Technologies Mexico, S. de RL
Tableros Tradema,S.L.	Wedo Brasil-Soluções Informáticas,Ltda
Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas,SL	Weierstadt Shopping BV
Táfibra South Africa (PTY) Ltd.	Worten - Equipamento para o Lar, SA
Táfibra Suisse, SA	Worten Canárias, SL
Tafisa Canadá Societé en Commandite	Worten España Distribución, SL
Tafisa France, SA	Zippy - Comércio e Distribuição, SA
Tafisa UK,Ltd	Zippy - Comercio y Distribución, SA
Tafisa-Tableros de Fibras, SA	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti
Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos,SL	ZOPT, SGPS, S.A.
Tecnológica Telecomunicações, Ltda	ZYEvolution-Invest.Desenv.,SA
Teconologias del Medio Ambiente,SA	

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange. Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo SNC.LS e na Bloomberg através do símbolo SNC:PL.

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação do setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como "acredita", "espera", "antecipa", "projeta", "procura", "estima", "futuro" ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no website da Sonaecom

www.sonae.com

Contacto para os Investidores

investor-relationships@sonae.com

Tlf: +351 22 013 23 49